

Deponente: João Batista Dos Mares Guia

Entrevistador: Caroline Cunha Rodrigues e Thiago Lenine Tito Tolentino.

Data: 28 de março de 2017.

CAROLINE: Bom... Depoimento realizado na Comissão da Verdade de Minas Gerais, no dia 28 de março de 2017, por Thiago Lenine e Caroline Cunha Rodrigues.

THIAGO: É João Maria Batista?

JOÃO: João Batista dos Mares Guia.

THIAGO: Podia falar o seu nome completo e a sua idade?

JOÃO: João Batista dos Mares Guia, nascido aos 25 de junho de 1948. Eu tenho 68 anos e meio.

THIAGO: Sim, a nossa entrevista com o senhor, ela vai muito na direção dos trabalhadores rurais em Minas Gerais, então esse vai ser sempre o nosso norte, mas nada impeça que o senhor faça outras analogias, relações interpretativas no que pudesse esclarecer o tema. Eu queria te perguntar primeiro, como foi a sua trajetória de inserção na política e na questão agrária?

JOÃO: Na política foi uma situação muito curiosa, porque eu não tive um processo de socialização de cultura política num ambiente familiar. Nós éramos 8 irmãos, eu sou o penúltimo, todos com formação escolar elevada e, no entanto, nenhum dos irmãos e nem os pais tiveram qualquer envolvimento com vida política, com atividade pública, com ação coletiva. Isso se deu por escolhas próprias. Já aos 14 anos, eu desenvolvi um gosto por mim mesmo pela leitura sociológica e a literatura crítica sobre a situação social no Brasil, disponível na ocasião, especialmente Celso Furtado e também Josué de Castro, com o famoso livro: A Geografia da Fome, que, na ocasião, provocou um enorme impacto. Um pouco também influência da literatura, autores como (trecho incompreensível) Jorge Amado. Eu era apenas um adolescente, então era literatura datada. Do ponto de vista estético, ela não é relevante, mas do ponto de vista de informação e de desenvolvimento da sensibilidade social, foi muito impactante. Numa época também em que o teatro começava a irromper. A partir dos anos 50 tem a formação do teatro brasileiro crítico e engajado, isso se acelera com a criação dos centros populares de cultura, já no início com a década de 60 com a UNI e vem repercutir, em Minas Gerais, com núcleo teatral na mesma linhagem do Teatro de Arena. E isso exerceu, na ocasião, um impacto muito importante naquela geração jovem, adolescente, que foi o meu caso. Então o teatro foi

muito impactante, o cinema foi muito impactante, menos a literatura e mais as minhas descobertas, por assim dizer. Eu morava num bairro, que era um misto de classe média e classes populares, o bairro da Floresta, que foi criado junto da rede ferroviária, e jogava muito futebol e convivia com os amigos do bairro de diferentes classes sociais. Então esse pluriclassismo na minha vivência, na infância e na adolescência, ajudou muito no sentido de não ter nenhum tipo de preconceito de classe, preconceito de cor, preconceito de gênero, qualquer tipo de preconceito. E ao mesmo tempo eu adorava o futebol, e frequentava todas as periferias de Belo Horizonte jogando futebol, então interagia com todas essas populações. Foi assim que entrei no colégio estadual, que não foi devido ao Colégio Estadual Central que eu tive essa politização. E a primeira participação ocorreu em 1966, quando no Rio de Janeiro houve uma repressão muito forte aos estudantes universitários da faculdade de Medicina, que inaugurou a chamada Setembrada, foi à primeira luta de massas após 64 contra a Ditadura E isso irradiou pelo Brasil, e aqui em Belo Horizonte não foi diferente. Onde é ao contrário, o movimento estudantil mais forte organizou-se em Belo Horizonte a partir de 66 e até março de 1968, onde ele era mais forte e mais estruturado. Então aí que se deu início da minha participação.

THIAGO: Secundarista, né?

JOÃO: Secundarista. Se deu de um modo muito marcante, nós fizemos uma concentração em frente à Faculdade de Direito, ali ainda na Praça Afonso Arinos, no centro de Belo Horizonte. E quando íamos sair do prédio para iniciar uma passeata, esperando que outros universitários se juntassem no caminho, nós fomos cercado pelo DOPS e, à frente, o delegado Tacir Menezes Sia, que depois ficou celebrado pela prática de tortura. E ocorreu que eu estava na linha de frente da manifestação e começamos a jogar pedra na polícia, e eu acertei a testa do Tacir Menezes Sia, e isso ficou como um fato muito conhecido. E ele era um sujeito tresloucado, ele sacou um revólver 38 enorme, apontou para nós, para o grupo de estudantes. Quando ele ia atirar, um inspetor do DOPS de nome Frederico, deu um golpe na mão dele, ele disparou o revólver inteirinho para o alto. Então assim que eu fiquei conhecido, ainda secundarista, e ajudei a liderar e organizar a ocupação do prédio da Faculdade de Direito, enchemos os andares de carteiras até o quinto andar para resistir contra qualquer tentativa de invasão. Os dois reitores, o Aluísio Pimenta, da Universidade Federal de Minas Gerais e o Dom Serafim Fernandes de Araújo, reitor da então Universidade Católica, ainda não era Pontifícia, se juntaram e foram negociar de Belo Horizonte, por telefone, com a Brasília,

porque o Exército já estava mobilizado com ordem de, no último caso, de também invadir. E de madrugada o exército foi recolhido ao quartel, a polícia saiu e nós fomos autorizados a sair do prédio da Faculdade de Direito. Até aconteceu um fato que é ao mesmo tempo curiosíssimo e engraçado, e um tanto até grotesco, que em plena madrugada nós saímos em passeata pela Rua da Bahia, devia ser umas 02h00min ou 03h00min da manhã cantando a Internacional, em frente ao Maleta nos dispersamos e cada um foi embora para casa.

Então esse foi o meu batismo, por assim dizer, a minha entrada na luta contra a Ditadura.

THIAGO: Rapidamente... O senhor nasceu em Santa Barbara, mas rapidamente veio para Belo Horizonte?

JOÃO: Com um ano eu vim para Belo Horizonte, cheguei aqui em 49. Então eu sou praticamente de Belo Horizonte, mas uma Belo Horizonte que não existe mais. A Belo Horizonte da época, o que você pode chamar hoje de periferia pobre, ela, no meu caso, depois da Avenida Silviano Brandão, a que separa a Floresta da Sagrada Família. Tudo ali hoje é classe média até chegar no Anel Rodoviário, por conta do shopping, que foi implantado ali. O segundo campus da Universidade Católica, isso tudo ali é um bolsão de classes médias, ali antes era, por assim dizer, a periferia de Belo Horizonte.

THIAGO: Então voltando à fase de manifestação na Faculdade De Direito, o senhor ficou mais engajado em algum tipo de movimento... (Trecho incompreensível) reação partidária.

JOÃO: Ai eu fiz o vestibular, passei, fui estudar Sociologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Rua Carangola, 288. A reforma universitária estava sendo implantada, o campus estava sendo ainda edificado, então as faculdades se encontravam fora do campus, depois é que houve a concentração lá. E logo no início eu liderei o movimento dos excedentes, que na ocasião o Ministério da Educação divulgava a lista dos aprovados e a lista dos excedentes, que haviam obtido a nota mínima ou mais, mas não havia vaga para eles. E isso em todos os cursos, inclusive na medicina. Então nós organizamos todos os excedentes, e eu assumi a liderança dessa luta, e isso deu uma projeção muito grande. Inclusive com matérias jornalísticas, muita entrevista e eu tinha, na ocasião, 18 anos de idade, recém-ingressando na faculdade. De imediato, eu fui convidado para ser candidato a presidente do Centro de Estudos de Ciências Sociais, que normalmente era aluno de 3º ou 4º ano que assumia a liderança. E o movimento estudantil, embora fosse um movimento com identidade própria, personalidade própria,

regras institucionais próprias, muita vitalidade, mas boa parte das lideranças maiores e intermediárias eram vinculadas já a algumas organizações de orientação marxista ou simpática ao Marxismo. Como a Ação Popular, por exemplo, que era a mais forte na ocasião, e a nossa era a POLOP, Política Operária, organização revolucionária marxista política operária. Eu logo, logo fui convidado e ingressei na POLOP. E logo, logo...

THIAGO: Isso era 68?

JOÃO: Em 67. E logo, logo me tornei presidente eleito do Centro de Estudos de Ciências Sociais.

Nesse momento, aqui em Minas Gerais, isso é muito importante de deixar claro, a POLOP, a Ação Popular e a chamada Corrente Revolucionária do Partido Comunista Brasileiro, que depois vai se juntar à aliança, Ação Libertadora Nacional liderada pela Marighella, fizeram uma composição política e, em vez de disputar a direção da união estadual dos estudantes que estava em fase de reconstrução, assim como a UNI se encontrava em fase e reconstrução, portanto o movimento estudantil ainda muito fragilizado pela repressão de 64 a 66, aqui em Minas houve uma clarividência e essas lideranças estudantis e as organizações as quais ela se encontrava vinculadas, decidiram fazer uma chapa única para a união estadual de estudantes de Minas Gerais. E eu fui o primeiro vice-presidente dessa chapa, na verdade eu assumi a liderança.

THIAGO: E foi em 67 mesmo?

JOÃO: Foi no primeiro semestre de 67. Então eu fui um caso muito raro de um jovem estudante, calouro, que já no primeiro semestre tinha sido presidente de um centro de estudos de grande visibilidade política e, logo em seguida, vice-presidente da união estadual de estudantes. Então foi uma ascensão, por assim dizer, meteórica. E mantivemos a unidade dentro da UE... Ao contrário do que se assistiu em São Paulo, na mesma ocasião, que era uma radicalidade, eu diria autofágica entre a Ação Popular de um lado e os outros grupamentos contrários a Ação Popular que não eram ligados somente à POLOP, a diversas outras organizações em São Paulo. Lá houve uma luta fratricida, que se estendeu até 1968, ao ponto de no dia 11 de outubro de 1968, na primeira assembleia de organização do congresso, do 30º congresso nacional da UNI,

quando nós fizemos a checagem da legitimidade de cada um dos delegados, delegação estadual por delegação estadual. Quando chegamos no caso de São Paulo, quase a metade dos delegados tirados em São Paulo para o congresso da UNI foi impugnada, porque eles não tinham sido eleitos em assembleias a partir de debates. Eles eram delegados cartoriais, tanto da Ação Popular quanto, principalmente, do grupo político liderado pelo José Dirceu. Nós íamos até apoiar o José Dirceu para presidente da UNI, se bem que o Vladimir Palmeira é que seria mesmo o candidato, que o José Dirceu era muito vetado por algumas correntes do movimento estudantil. Então houve um grande número de impugnações de candidatos cartoriais ilegítimos nessa sessão do dia 11 de outubro de 1968. Voltando à Minas, ao contrário, aqui em Minas como nós mantivemos a unidade do movimento estudantil, disputávamos no voto e de maneira muito transparente, com excelentes debates públicos em assembleias, cada eleição de diretório acadêmico e as eleições para o diretório central dos estudantes da UFMG, em 67, quando Jorge Batista Filho foi eleito e em 68 quando Atos Magno Costa e Silva também foi eleito, ligados à nossa corrente no movimento estudantil, mas todas elas disputas democráticas que ninguém impunha, ninguém questionava. Na ação, na luta pela reforma universitária, pelas reivindicações específicas do movimento estudantil ou nas lutas de solidariedade ao povo do Vietnã contra o imperialismo ou contra a Ditadura abertamente, nós uníamos como se fosse uma unidade fraterna. Não havia sectarismo entre nós, não havia golpismo no movimento estudantil em Minas Gerais. Houve um respeito sacrossanto às regras da democracia do movimento estudantil. Então quando se fala: “Isso é estudantada”, isso é uma depreciação que não corresponde aos fatos. O movimento estudantil que se fez em Minas, como se fez no Rio de Janeiro e em outros lugares, foi de altíssimo nível de clarividência política, de respeito às regras da democracia institucional do movimento estudantil, num alto nível de disputa do plano das ideias, e nos uníamos na luta.

THIAGO: Até 68?

JOÃO: Até 68, que ali veio a AI-5. Na verdade, o AI-5 começou em junho de 68, eu vou chegar lá. Então, em 67, nós tivemos momento espetaculares. Primeiro a realização do congresso clandestino da UNI de 1967, que foi em Valinhos, perto de Campinas, em São Paulo. Eu fui como delegado, participei. E organizamos o congresso a UEE, fizemos as eleições para a chapa da UEE, a Polícia Federal atrás de nós, nos perseguindo para prender e nós fomos de faculdade em faculdade, na capital e no interior, inclusive nas chamadas faculdades particulares isoladas, fazendo eleição, embora chapa única, mas

fizemos as eleições nas faculdades com toda a transparência possível naquelas circunstâncias. Lideramos a campanha de solidariedade ao povo do Vietnã, inclusive fizemos uma passeata que chegou a ter 10.000 pessoas na rua, na Afonso Pena, em solidariedade ao povo do Vietnã e contra o imperialismo, naquela época, e ao mesmo tempo também contra, obviamente, a Ditadura, mas sempre colando essas lutas mais gerais com as lutas específicas do movimento estudantil. Nunca nos descolamos de questões como: Melhorar a refeição e o bandejão gratuito; Repúblicas para os estudantes; Melhorar a qualidade do ensino na universidade; Melhorar a oferta de bolsas para alunos pobres na universidade, a Fundação Mendes Pimentel; Expandir as vagas na universidade; Mais verbas para educação; Contra acordos MEC/USAID, que estavam sendo impostos de cima para baixo, não que as ideias do acordo fossem todas ruins, pelo contrário, a ideia da reforma universitária que vinha dentro do bojo dos acordos MEC/USAID, era muito interessante. Quebrar a cátedra, departamentalizar as faculdades, dissolver de certo modo o poder monopolista ou oligopolista que havia nas mãos dos catedráticos, e ao mesmo tempo investir mais na universidade, mais em pesquisa, mas embora houve um viés, por assim dizer, mais para as áreas tecnológicas das engenharias...

THIAGO: Essa leitura que o senhor faz hoje ou o senhor já fazia essa leitura na época?

JOÃO: Não, na época eu já fazia essa leitura. Importante essa sua pergunta. Tanto é que eu defendi no movimento estudantil, em Minas Gerais, e conseguimos convencer todos os companheiros da liderança do movimento estudantil, salvo um ou outro, eu não posso afirmar que os companheiros ligados à AP tivessem compartilhado, mas a maioria da liderança do movimento estudantil compartilhou a ideia de que nós deveríamos participar do processo da reforma universitária. Tanto é que elegemos uma comissão paritária com cinco professores da UFMG e cinco líderes estudantis, entre eles eu estava lá. Os professores da UFMG eram o Carlos Ribeiro Diniz, um cientista notável na área de bioquímica e imunologia; O Giovanni Gazinelli também da bioquímica e imunologia; O Tarcísio Ferreira da área de Letras; O professor Amílcar Viana Martins, da área parasitologia e um professor da Veterinária. Eram esses cinco e cinco estudantes. Éramos eu, Atos Magno da Costa e Silva, eu não me lembro o nome dos outros três. Nos reuníamos sucessivamente e até o mês... Final do mês de junho produzimos um projeto de reforma da Universidade Federal de Minas Gerais, chegamos à conclusão que deveríamos fazer um projeto enxutíssimo, acho que ele tinha 14 ou 16 artigos no máximo, e chegamos a apresentar isso, protocolar isso junto ao conselho universitário. Só que

nesse momento eu já estava semi clandestino, eu já tinha tido a primeira prisão de 30 dias, já estava com outra prisão preventiva decretada pela justiça militar da 4ª divisão de exército lá de Juiz de Fora, já vivia na clandestinidade, então daí em diante as passeatas passaram a ser reprimidas a bala.

THIAGO: O senhor (trecho incompreensível) no exército?

JOÃO: Já em 68...

THIAGO: O senhor chegou a cumprir o seu tempo no exército?

JOÃO: Hein? De prisão?

THIAGO: Não, o seu alistamento formal?

JOÃO: Eu fui alistado no início de 67.

THIAGO: Você foi dispensado?

JOÃO: E o que eu fiz? Eu tinha passado no vestibular para Sociologia, chegava a ir para o quartel fardado cedinho, ia ficar incompatível o exército e universidade. Eu tinha sinusite e eu tinha

pansinusite, então eu me cerquei de todos os atestados médicos, e isso não adiantava. Quando chegou no mês de março, salvo engano é uma data na qual se comemora a parada de Monte Castelo, eu estava no pátio do 12º Regimento de Infantaria, na minha companhia, eu me lembro, o comandante era Capitão, o Primeiro Tenente Soriano, e eu lá com o fuzil e o General passando em revista as frotas. Aí eu comecei a balançar, foi uma simulação como se eu estive tonto. Quando o General tava na minha frente, eu caí no chão como se fosse um desmaio. Aí me carregaram numa padiola, fizeram novos exames e um coronel, um coronel de esquerda, chamado Coronel Cramer, que era um excepcional professor de biologia e a mulher dele, a Lúcia, uma excepcional professora de latim e literatura portuguesa, ele me ajudou e eu consegui sair do exército. Nessa altura eu já estava militando no movimento estudantil, já começava a ser mal visto dentro do exército, já começava me criar dificuldades dentro do exército e eu consegui sair.

THIAGO: Essa primeira prisão foi quando mesmo? Essa primeira dos 30 dias que você aludiu, aí?

JOÃO: A minha primeira prisão ocorreu quando nos ocupamos a Faculdade de Medicina, no dia 03 de maio de 68, foi no ano seguinte, e houve um cerco e houve uma batalha entre nós e a Polícia Militar, que tentou várias vezes invadir o prédio e nós não deixávamos. Depois eu conto detalhes disso. De madrugada eles conseguiram ocupar, depois de tanto gás lacrimogêneo e tal, ocuparam, prenderam. Nós éramos mais ou menos 140 e desses 140, libertaram 137 e mantiveram 3 presos. E eu entrei... Permaneci preso no exército, ficava no DOPS, mas à disposição do exército todo dia, de manhã até de noite, respondendo interrogatório durante 30 dias, que foi no IPM, o primeiro IPM aberto após o primeiro IPM que a Ditadura fez depois de 64, que foi em 65, contra o Partido Comunista Brasileiro, presidido pelo Coronel... Qualquer coisa Carvalho. Orlando de Carvalho, acho que é Orlando de Carvalho. E depois deste, o primeiro IPM aberto no Brasil foi em 1968, no início do mês de maio, para reprimir e investigar tanto as lideranças da primeira greve operária que aconteceu depois de 64, que foi a greve que começou 16 de abril de 68 em Belo Horizonte/Contagem, na Trefilaria da Belgo-Mineira e se expandiu, e o Ministro Passarinho da Trabalho até veio à Belo Horizonte negociar, mas terminou isso com intervenção no sindicato e prisão de todas as lideranças operárias e sindicais na ocasião, que foram respondeu o mesmo IPM que eu fui responder. Pegaram também a nata da liderança estudantil nesse IPM, que foi um IPM, assim, para devastar a esquerda organizada em Minas Gerais naquela ocasião. E houve uma primeira preventiva, que ainda não tínhamos o AI-5, então valia a regra da prisão preventiva da data de 30 dias e valia o instituto do habeas corpus que a AI-5 aboliu. Então nesse intervalo de 24 horas entre o término da minha prisão e a decretação da segunda é que eu escapei. Aí fui para o Rio de Janeiro, fiquei na casa do meu primo, o escritor Pedro Nava, fiquei lá 12 dias, voltei clandestinamente à Minas para continuar na liderança do movimento estudantil e começar a organizar o 30º congresso nacional da UNI, que foi, ou seria realizado aos 12 de outubro de 68, em Ibiúna, São Paulo. Então a trajetória foi essa. Ao longo de todo o ano de 1967, uma militância intensíssima, tanto em Belo Horizonte quanto em todo o estado pela UEE. Ao mesmo tempo eu consegui frequentar o primeiro ano, os dois primeiros semestres de Sociologia, eu era um ótimo aluno. Eu não frequentava aula, mas fazia as provas e ganhava 10 em tudo. Que eu estudava muito, eu lia muito e a gente discutia muito, a gente tinha muito preparo em filosofia, em literatura, conhecia teatro, conhecia cinema, estudava muito os marxismos, então era uma geração muito focada em cultura de um modo geral. Nós tínhamos uma grande capacidade de orientação geral cultural. É verdade que de tipo meio ensaístico,

na ocasião a cultura não era buscar evidências empírica para as coisas. Enfim, seja como for, as ciências sociais apenas estavam começando a trilhar esse caminho. O ambiente era muito ensaístico, muito discursivo, mas dentro disso era uma geração de liderança, pode-se dizer, razoavelmente preparada. E em 68, começamos de novo com a coisa dos excedentes, fomos vitoriosos, expandimos em muito as vagas nas universidades federais no Brasil inteiro, porém mais aqui em Minas Gerais, onde o movimento, insisto nisso, era mais organizado, até que ocorre... Aí as lutas específicas. Até que ocorre a morte do estudante Edson Luís, de 17 anos de idade, em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Quando ocorre aquela morte, aí a coisa muda completamente de figura. O eixo, a centralidade do movimento estudantil se desloca para o Rio de Janeiro, pra... O antigo estado da Guanabara, por duas razões. Uma, que o fato ocorreu lá. A outra razão deve-se simultaneamente a prodigiosa liderança do Vladimir Palmeira, era o líder estudantil nacional mais preparado, o que melhor compreendia a realidade brasileira naquele momento e o que formulava as melhores orientações para o movimento estudantil. Então a liderança do Vladimir fez muita diferença naquele momento. E o outro fator é que, na ocasião, o movimento estudantil tinha se transformado em movimento estudantil nacional e de massas, e liderou de fato o que seria a resistência democrática contra a Ditadura. Olha a linguagem que eu usei, resistência democrática contra a Ditadura no plano de movimento de massas. Embora as esquerdas organizadas não lutassem por resistência democrática alguma, porque as esquerdas organizadas não tinham no seu universo de expectativas, perspectivas e cultura política a democracia. Nós tínhamos a revolução socialista e ponto.

THIAGO: E o senhor estava no Rio de Janeiro nesse...?

JOÃO: Não.

THIAGO: Já tinha voltado, já, da casa do Pedro Nava?

JOÃO: Já tinha voltado. Então na verdade o movimento estudantil liderou e organizou os movimentos de organização da cultura, que eram poderosos. O teatro, o cinema, a literatura, as artes plásticas, que estavam numa ebulição impressionante na ocasião, cinema novo desde logo. E é uma característica curiosa da Ditadura, que tem um pouco a ver com a personalidade do Marechal Castelo Branco. O Castelo Branco nunca foi um ultrarreacionário, ele era um conservador com muita sensibilidade cultural e com uma inclinação mais liberal, dentro do conservadorismo e da Ditadura, tanto é que ele foi para o ostracismo. E ele tinha um gosto pela cultura. Frequentava teatro e coisas desse tipo. E o fato que até a edição do AI-5, parecia que a Ditadura não tinha se estabelecido no

mundo da cultura organizada, tanto é que o teatro se expandiu muito mais do que no período pré-64. O grupo Opinião criado em 64. Os CPCs passaram já à clandestinidade, não foram anulados. O grupo... O Teatro de Arena encontrou o auge do desenvolvimento dele de 66 em diante. Os festivais musicais, que aí surgiram Chico, Elis Regina, Edu Lobo e etc. No movimento das artes plásticas, a inovação estética estava na linha das vanguardas da arte moderna do mundo inteiro, enfim. Então o Brasil tava muito contemporâneo em tudo isso.

THIAGO: Quando o senhor faz essa síntese no passado, o senhor pisa em vários pontos que são comuns: Teatro Opinião, (trecho incompreensível), Tropicália, festival da canção... Na época o senhor realmente compreendia isso, consumia isso, ou isso já é uma leitura que o senhor já faz com toda uma carga bibliográfica (trecho incompreensível)?

JOÃO: A Tropicália não, porque a Tropicália era muito distante de nós e manifestou-se no Rio de Janeiro, e eu não me recordo de nenhuma apresentação do grupo da Tropicália em Belo Horizonte. E ficou muito distante e muito impregnados, todos nós ainda, pelas reações conservadoras do público universitário de esquerda contra a Tropicália, que muitos anos mais tarde é que vai ser entendida a mensagem geral, a polarização Brasil moderno, Brasil arcaico, a ironia do grupo Tropicália, nós não entendíamos isso. E assim como aqueles que estavam no auditório não entenderam, não sei se foi em São Paulo ou no Rio de Janeiro, nós também não entendíamos. E, provavelmente, se eu estivesse no auditório, seria mais provável que eu seguisse, por assim dizer, o clima da época, aquela mentalidade mediana da época, que foi um gesto conservador, nesse sentido. Mas aqui, nós não só éramos muito focados em teatro, como o movimento estudantil fazia teatro. Na Faculdade de Medicina, houve um desenvolvimento de um grupo que já existia, inclusive antes de 64, que é o chamado Show Medicina. Todos os... O principal autor do Show Medicina, além de amigo pessoal meu, era do meu grupo, POLOP, e depois Comandos de Libertação Nacional, e atuante no movimento estudantil, o Herbert Eustáquio Carvalho. E curiosamente era, parecia um anjo barroco, com cabelo encaracolado, um pouco crespo, o pai era um oficial da Polícia Militar negro, eu adorava o pai dele, e a mãe branca feito leite. E o Herbert parecia um anjo barroco, baixinho, balofo, gordinho, era homossexual, mas muitíssimo reprimido. Ele vai se liberar, assumir a identidade dele somente depois, no exílio, e uma das pessoas mais talentosas da nossa geração. Ele tinha uma cultura inigualável, e além do mais era um grande ator... Perdão, um grande autor de peças de teatro com a ironia fina. Então

não apenas nós gostávamos o teatro e frequentávamos, e havia um grupo liderado aqui pelo Jota D'Ângelo, que era muito semelhante ao Teatro de Arena, que já em 66 apresentou no Teatro Marília, que onde as peças de esquerda eram apresentadas, ali perto da Faculdade de Medicina, uma peça chamada Numância, que era uma alegoria para criticarmos a Ditadura aqui, e no movimento estudantil isso era muito celebrado. Na ocasião também nós tínhamos na Universidade Católica, em Belo Horizonte, eu não me lembro exatamente quando foi criado, não vou arriscar dizer que foi em 1966, mas é provável que tenha sido antes, porque já havia na crônica de jornais, em Belo Horizonte, uma tradição de três, quatro, cinco pessoas intelectualizadas que conheciam verdadeiramente cinema escreverem como críticos de cinema, vários deles. E surgiu, ou já havia, mas ganhou visibilidade, a Faculdade de Cinema da Universidade Católica, considerada, na ocasião, a melhor do Brasil. Vinham pessoas do Brasil inteiro estudar Cinema em Belo Horizonte, e quase todos os estudantes de Cinema eram militantes do movimento estudantil. Não foi por acaso que em maio... Abril... Abril de 1968, realizou-se em Belo Horizonte, um encontro ou congresso nacional de cinema, do antigo cinema Palladium e ficou muito conhecido a crônica popularesca, por assim dizer, que havia uma mulher chamada Lúcia Palicali, que foi completamente nua, com um vestido de lese e transparente por cima, e isso chamou a atenção quase tanto quanto o próprio festival em si. E eu me lembro que o cinema estava absolutamente lotado, isso foi junho, foi junho, que eu já tava semi clandestino, e nós então chegamos, cinco pessoas. Entramos no cinema, eu subi no palco, peguei o microfone e fiz um comício de 5 minutos, tudo estava cronometrado. Que de entrar ali alguém avisaria o DOPS, o DOPS ficava perto, nós imaginamos que em 10 minutos ele estaria no Palladium. Então eu falei em 5 minutos, o pessoal... Foi uma explosão, né? Saímos rapidamente em grupo, quando nós virávamos a esquina de Rio de Janeiro, onde fica o cinema Palladium, com Goitacazes, chegou o DOPS pela Avenida Augusto de Lima e cercou toda a frente dali. Então a gente fazia operação "de guerrilha", tudo cronometrado, porque na época tava desse jeito. Você não tinha mais espaços para fazer manifestação pública.

THIAGO: E essa segunda prisão aconteceu mais ou menos nessa época?

JOÃO: Então a primeira prisão foi de madrugada de 03 para 04 de maio e ao longo de 30 dias, que eu fiquei 30 dias respondendo interrogatório no quartel do 12ª Regimento de Infantaria, com o então Coronel Otávio Aguiar de Medeiros, depois general de quatro estrelas e ministro-chefe do SNI, assistido pelo Capitão Portela, que foi um dos grandes torturadores do país. Então era interrogatório de manhã até de noite. Barra muito pesada.

Não batiam, mas era interrogatório para te exaurir, por assim dizer né? E ainda decretaram a segunda prisão preventiva, aí eu passei pra clandestinidade. Na ocasião...

THIAGO: Esses interrogatórios, primeiro... Desculpa. Esses primeiros interrogatórios eram perguntando sobre vinculação com o POLOP, com essas coisas ou... (Trecho incompreensível).

JOÃO: Não, eles queriam saber sobre o movimento estudantil. E eu falo com toda tranquilidade, em todas as circunstâncias, em que eu estive submetido a interrogatórios, antes e depois do AI-5, a única informação que eles obtiveram de mim foi o meu nome, e mais absolutamente nada. Mas é nada de nada. Foi o meu nome. Inclusive quando bateram, não adiantava. Era o meu nome e ponto final.

THIAGO: O senhor chegou a localizar o seu processo aqui no DOPS, essas coisas?

JOÃO: Cheguei. Eu passei por um monte de coisas, eu passei por vários presídios, inclusive o DOPS. O DOPS acho que duas ou três vezes, mas enfim...

THIAGO: O senhor chegou a ler a sua documentação mesmo, (trecho incompreensível) o senhor chegou a ter acesso?

JOÃO: Não, agora que eu vou começar...

THIAGO: A gente pode providenciar isso para o senhor.

JOÃO: Eu não li nada ainda, agora que eu vou começar a ler.

THIAGO: Sim, tudo bem. Pode continuar.

JOÃO: Eu preferi deixar passar um tempo, com mais maturidade, mais distanciamento, poder ver essas coisas e tal. Por isso que as suas perguntas são muito interessantes e importantes para mim, que eu tenho muito cuidado como você tem, pela linhagem das suas pergunta, de não confundir as coisas, não fazer um discurso com uma visão de mundo e com as informações de hoje projetando isso para trás, que seria uma mistificação, uma deformação. Então a questão cultural, por exemplo, eu já deixei isso muito claro na coisa da Tropicália. Então não é uma visão *a posteriori*, que depois eu pretendo estabelecer como...

THIAGO: Eles perguntaram, então eu queria saber... Quem é quem no movimento estudantil e quem fazia o quê, né?

JOÃO: Queriam saber sobre o movimento estudantil e queriam saber se as pessoas do movimento estudantil eram marxista, se tinham vinculações, então... Eram interrogatórios que por mais pressão psicológica que houvesse e você estava dentro do exército, era muito fácil responder esses interrogatórios. Você conduzia a conversa para onde você queria. E eu pelo menos falava que a Ditadura era um absurdo e tal, e tal, o que é que

nós queríamos com o movimento estudantil, as ideias gerais, e tal, e tal e é isso. No fundo, no fundo, uma conversa inútil, absolutamente inútil, porque os propósitos deles nunca eram alcançados, nem minimamente. Depois da segunda prisão, decorreu de que, desse clima geral, a partir da morte do Edson Luís, que coincide também com um momento em que dentro do regime militar já havia uma bipolarização entre os chamados, por assim dizer, mais liberalizantes e aqueles que queriam pelas mais variadas razões, inclusive razões ideológicas, mas as mais variadas razões são caracterizadas muito mais por ambições personalistas de alguns generais, que ideologicamente não representavam nada, absolutamente nada. A não ser o Albuquerque Lima, aquele nacionalismo tosco, com uma visão de capitalismo de estado para criar uma plutocracia dentro das burocracias do capitalismo de estado, supostamente para enfrentar os dois colossos e encontrar um caminho de nacional desenvolvimento. Na linhagem um pouco de (trecho incompreensível) nacional desenvolvimentismo, porém sem democracia, sem reformas, numa visão autoritária de Estado vinda do positivismo militar e etc. Esse clima já estava estabelecido dentro das formas armadas... E já havia...

THIAGO: Você tinha consciência dele, na época? Essa divisão entre castelista e costas e silvas (trecho incompreensível)...

JOÃO: Isso já começava a circular, porque ainda havia uma certa liberdade de imprensa e jornais como Jornal do Brasil, como Correio da Manhã, como Estado de São Paulo, já começavam a veicular isso de certo modo e essas discussões eram recorrentes dentro do movimento estudantil. E, na verdade, dentro do movimento estudantil apostava-se muito na linhagem do que as esquerdas organizadas pensavam, que o que nós chamávamos de a radicalização da Ditadura, seria favorável a radicalização das nossas lutas. Na verdade o AI-5 contra o movimento estudantil foi a nossa queda no congresso de Ibiúna, que ali eles pegaram 900 líderes estudantis de nível local, regional e nacional de uma só vez. Então eles silenciaram um movimento social, nacional e de massas que tinha expressão nacional e que polarizava em torno dele o movimento organizado da cultura. Com a queda do movimento estudantil veio o silêncio do movimento da cultura. E logo depois vem o AI-5. O AI-5, na verdade, para o movimento estudantil ele mudou pouco, porque o AI-5 contra o movimento estudantil foi a queda do congresso (trecho incompreensível), foi a maior vitória política que a Ditadura teve nos 21 anos de existência da Ditadura. Foi a maior vitória política, e no momento crucial, que a única resistência que havia à Ditadura era aquela. E, naquele momento em 68, estavam acontecendo muitas coisas, que é importante vocês terem em mente. Eu espero passar

uma visão nítida disso. Um era a radicalização gradual da Ditadura, no momento em que a economia já tinha saído da recessão de 64/67, quando já em 68 apareciam os primeiros sinais de crescimento sustentável do produto interno bruto e de uma mudança no perfil da economia com a ocupação da plena capacidade produtiva, até com algum grau de inovação tecnológica, na indústria de bens de consumo durável, formando inclusive uma nova classe operária... Aí que é tem Lula. Formando uma nova classe operária, não vou chamar uma oligarquia operária, com mais instrução, com formação técnico profissional, com maiores salários e que logo, logo começava a negociar ganhos salariais, empresa por empresa, isso vai acontecer mais tarde. Isso já estava acontecendo no Brasil. Ao mesmo tempo, com a mudança do capitalismo no Brasil, a organização do aparelho de Estado, você em Minas Gerais, por exemplo, surge um BDMG, uma fundação João Pinheiro, uma empresa de distritos industriais, tudo a partir do Estado para fomentar o capitalismo privado e a mesma coisa numa escala muito mais ampliada, na esfera estatal federal, tanto o capitalismo de Estado para financiar e desenvolver o capitalismo privado, isso tudo ensejou com muita rapidez, a mudança estrutural das classes médias no Brasil. As classes médias eram muito mais as classes funcionárias públicas de um modo geral, você passa a ter o fenômeno do crescimento das classes médias assalariadas, das classes médias de auto nível de formação cultural e as classes médias mais vinculadas ao capitalismo privado. Tanto o capitalismo de Estado, quanto ao capitalismo privado, formação das primeiras elites tecnocráticas etc. Isso aconteceu com uma velocidade, uma expansão, impressionantes. Então é a época das bolsas de valores, daí a pouco vem o discurso do milagre econômico brasileiro e as classes médias começam a se... Que eram novas classes médias, começam a se descolar das simpatias ao movimento estudantil, na hora que nós estávamos radicalizando contra a Ditadura e a Ditadura, dentro de si mesma, radicalizando contra a sociedade civil para anulá-la completamente. Nós não percebemos isso na ocasião, ao contrário, víamos a tendência à radicalização da Ditadura como uma tendência à fragilidade do capitalismo e da Ditadura no Brasil e na América Latina. E não percebíamos, na contramão do modelo teórico que tínhamos de análise da realidade brasileira e latino-americana, que o capitalismo havia mudado de patamar, que o imperialismo não tinha nada de neocolonialismo, que, pelo contrário, ele decidiu, desde Juscelino, investir capital, capital produtivo, gerador de acumulação privada no país, emprego, renda, tributos e remessa de lucros, mas mudou o patamar do capitalismo em associação com grupos privados nacionais e com a facilidade de financiamento via o

BNDE, não era BNDS na ocasião, né? Que foi mãe e pai de todo esse processo de crescimento acelerado. Aí que surge a Odebrecht, surge OAS, essas grandes empreiteiras, exceto Andrade Gutierrez e a Mendes Júnior, mas crescem também nesse modelo e assim por diante. Nós não percebemos nada disso, para nós o capitalismo vivia uma fase agônica em escala planetária nas periferias. E, para nós, a teoria, nós éramos guevaristas, mas a teoria maurista se aplicava no seguinte sentido, nós vamos destruir o capitalismo mundial pela revolução nas periferias do capitalismo e achávamos que na América Latina a revolução estava avançada, que o povo não queria os governos que tinham e os governos não eram capazes mais de conquistar a adesão popular. E a crise do capitalismo se manifestava como um processo de crise de acumulação, de superexploração do trabalho e subimperialismo. O Brasil como um país mais ou menos subimperialista, era a teoria criada... Ela vai se consolidar por volta de 1970 aproximadamente. Isso estava na nossa cabeça, então embora nós tivéssemos, como geração, uma capacidade geral de orientação, no campo da interpretação da realidade social, os referenciais analíticos que nós utilizávamos eram puramente ideológicos e completamente divorciados da dinâmica real do capitalismo no Brasil e na América Latina.

THIAGO: E nesse sentido, o grande produtor do PIB do Brasil era a produção rural. O Brasil vinha de uma questão agrária do governo João Goulart com as ligas camponesas, qual que é a sua

sensibilidade nesse momento para essa questão rural no Brasil?

JOÃO: É outra questão fundamental. O que mostra os limites da compreensão que a esquerda tinha da questão nacional, da questão da situação das classes sociais. O nosso discurso era retoricamente estendido ao que nos chamávamos de campesinato. Mas o nosso discurso era muito urbano industrial, muito focado em classe operária e nas classes médias. Na verdade, as esquerdas pós-64 não tiveram nenhum contato com o campo, com a única exceção de alguns pouquíssimos militantes da Ação Popular, que quando a Ação Popular se desloca do campo do reformismo radical, do socialismo não revolucionário, o socialismo democrático impregnado de uma ética humanista cristã...

THIAGO: Socialismo cristão.

JOÃO: E passa para o maurismo, que era uma transição feroz, por assim dizer. Ao passar para o maurismo, a Ação Popular, que depois vira PCdoB, ou... Vira não, ela se funde com o PCdoB, e tem uma dissidência que vai virar Ação Popular marxista/leninista, mas seja na vertente PCdoB, seja na vertente AP em transição, seja na vertente posterior Ação Popular marxista/leninista, todos eles tinham uma ética revolucionária, segundo a qual eles tinham como membros da pequena burguesia radicalizada e intelectual que se suicidar como indivíduos como classe para assumir a perspectiva proletária na forma de um vínculo direto à produção da fábrica ou a morar numa favela ou a trabalhar no campo como um proletário rural ou um camponês. Vários fizeram isso, um gesto de grandeza humana admirável, a eficácia disso é uma outra questão. Na minha vertente, que era o campo do guevarismo, que vai optar pela luta armada direta contra o regime militar e, portanto, quanto ao aparato de repressão, com os assaltos a bancos, tomada de quartéis, os sequestros, tudo em tese focado na guerrilha rural. A única hora que o campo aparecia, no nosso discurso, era na concepção da estratégia político-militar, onde o campo era o lugar elo mais fraco da cadeia do capitalismo e do imperialismo, onde a grande massa superexplorada, em maioria quantitativa, ainda sim encontrava e, que pelo exemplo do foco guerrilheiro, nós seríamos capazes de gradualmente conquistar adesão de trabalhadores rurais, de camponeses, dos... Digamos, fundido com as lutas sociais, que nós nem sabíamos quais eram desse campesinato, por assim dizer, o campesinato, como se falava. Então a guerrilha rural. O foco guerrilheiro originário é que seria uma espécie e formador pela irradiação da sua radicalidade e o nosso discurso, da consciência camponesa. Enquanto isso, a classe operária urbana e industrial, que nós como marxista julgávamos ser ontologicamente revolucionária, tinha entrado em estado, devido também a repressão, é claro, de bela adormecida. A nova classe operária do setor avançado do capitalismo brasileiro estava muito satisfeita com o seu padrão de vida, seu emprego, seu salário, sua casa própria e os filhos estudando e o carrinho na garagem. E nós achando que essa classe operária estava longe do paraíso. Então nós fazíamos um discurso sem repercussão social, sem nenhuma classe social de sustentação. No pós-64, uma grande lacuna da esquerda brasileira, que, aliás, num dos escritos o Marighella chama a atenção a isso, mas ele morreu antes de poder dar alguma atenção a isso, mas ele chama atenção, como é que nós estávamos absolutamente divorciados e alheios ao campo brasileiro, ao campesinato brasileiro, ao trabalhador rural brasileiro. E mais, nós conhecíamos muito pouco a história política, sócia e econômica do

Brasil até 1964. Conhecíamos muito pouco. Uma das razões é que a Ditadura foi vitoriosa de novo ao fazer um corte geracional. A geração até 64 foi para o exílio, nós não tivemos interlocução cultural, política e ideológica com a geração que lutou até 64. Nós todos éramos muito jovens, nós fomos fazer... Nós fomos fazer a construção do que nós chamávamos de um processo revolucionário, a partir de nós mesmos, de um modo que você pode dizer objetivamente, não intencionalmente, um pouco narcísico “a partir de nós mesmo”. Como se a história estivesse sendo reinventada a partir da nossa missão e da nossa visão revolucionária. Por quê? Porque o nosso ponto de partida era rejeição. Rejeição de quê? Daquilo que era chamado de a grande traição de 64, focada no Partido Comunista Brasileiro, que mostrou-se incapaz de liderar qualquer reação contra o golpe civil militar de 64. Daí esse descolamento que nós tivemos da realidade pré-64.

THIAGO: Na época, o senhor não falava em golpe civil militar não, falava?

JOÃO: Não, nós falávamos em golpe militar.

THIAGO: Já é uma análise...

JOÃO: Era uma visão equivocada, embora os meus pais, em 64, tenham participado da marcha com Deus pela família e liberdade, que foram manifestações de massa, classes médias, massa, contra a Ditadura, supostamente contra o comunismo, contra as reformas de base e coisas desse tipo.

THIAGO: Nós temos que (trecho incompreensível).

JOÃO: Então havia uma espécie de alienação da esquerda brasileira como um todo naquele momento, discursos a parte em relação à situação real do campo brasileiro.

THIAGO: Nós temos que caminhar um pouco, porque o nosso interesse aqui é muito voltado para a sustentação político parlamentar. Quando que o senhor... O senhor chegou a viver na ilegalidade, na lei da anistia, alguma coisa?

JOÃO: Bom, o quê é que aconteceu? Eu fui preso no congresso da UNI, submetido a dois inquéritos policiais militares, um dentro do 12RI, o outro dentro da companhia de comunicação atrás do Colégio Militar. Fiquei preso dentro de quartéis nesse período, depois passei pro DOPS, aí eu peguei o AI-5 dentro da companhia de comando de comunicação, atrás do Colégio Militar, e eu tava muito doente, na enfermaria, algemado na cama, quando o Coronel Mota, o Capitão Gomes Carneiro, um torturador, e três sargentos chegaram para falar que o AI-5 tinha sido decretado. Me tiraram da cama e me levaram para o interrogatório a madrugada inteira, estava com uma infecção intestinal horrível, porque eu tinha pego sarna lá dentro da cela e a sarna tomou conta do meu corpo inteiro, da cabeça aos pés e eles não ia me deixaram tratar. Como eu não comia

nada, eu emagreci de mais e estava muito mal. Eles ficaram apavorados, então chamaram um médico. Quando o médico viu, teve uma crise de choro. O médico chorava sem parar, Doutor Stancioli, e o tratamento tinha que ser brutal. Cobri meu corpo de um creme branco, meio antibiótico, enfim, durante 15 dias, e tendo que tomar dois banhos frios por dia e tal. Aí nesse período eu tive uma infecção intestinal derivada disso e tava nessa situação quando eles me tiraram para interrogatório, então esse foi a madrugada da decretação do AI-5 dentro do quartel. Daí eu fui transferido para a penitenciária de Neves, onde todo o pessoal ligado a luta armada foi concentrado. E daí eu fui transferido para São Paulo, onde eu fui julgado, condenado, e peguei a maior pena na ocasião, um ano e meio, e fiquei preso em São Paulo, no presídio Tiradentes até cumprir a minha pena.

THIAGO: Você foi condenado por...

JOÃO: No tribunal militar.

THIAGO: Não, mas... A pena, o crime, a categorização do crime?

JOÃO: Eles não conseguiram caracterizar nenhum crime, tanto é que a minha advogada foi ameaçada de prisão ao me defender. Quando ela dizia que não havia acusação plausível, que entre o processo inicial e o momento do julgamento o motivo da acusação havia mudado, porque eles não conseguiram provar nada contra mim. Os dois IPMs, o Coronel Cavaliere e o Coronel Mota, tentaram me vincular-me a comandos de libertação nacional, especialmente a do Mota, e não conseguiram absolutamente, embora um companheiro tivesse sob tortura brutal falado que eu era da COLINA, mas eu não confirmei, obviamente.

THIAGO: O senhor chegou a ser da COLINA?

JOÃO: Eu era da COLINA, fui fundador da COLINA. Nós saímos da POLOP, o grupo inteirinho, e formamos o COLINA.

THIAGO: O senhor não contou essa parte, não.

JOÃO: Hã? E isso aconteceu já... O COLINA foi formado no primeiro semestre de 68. Nós deixamos a POLOP, formamos o COLINA, já como grupo de guerrilha político-militar, começamos com guerrilha urbana para preparar a guerrilha estratégica que era a rural. A única visão do rural que nós tínhamos era a visão idílica do grupo guerrilheiro que vai chegar pra daí inventar o assalto ao céu a partir do fuzil. O fuzil comandava a política na nossa visão, do ponto de vista que nós chamávamos de estratégico da luta revolucionária. Voltando ao ponto, então eu sai da prisão no natal de 69, vim para Belo Horizonte e em fevereiro de 70. Um companheiro chamado Adélio Borges, que tinha sido

presidente do Diretório Acadêmico da Veterinária, que era um simpatizante, área próxima, dava apoio à então vanguarda armada revolucionária Palmares, que teve uma fusão da antiga VPR com o que sobrou do COLINA, formado em junho de 69 a VAR Palmares e no congresso de setembro rachou de novo a VPR para um lado a VAR-Palmares para o outro. Então a VAR-Palmares mandou Adélio me procurar em Belo Horizonte para que eu fosse pro estado da Guanabara fazer uma cirurgia plástica no rosto para assumir o comando militar da VAR-Palmares na Guanabara. Eu disse: “Olha, eu acabei de sair da prisão. Na prisão nós estudamos muito, fizemos muitos seminários. Eu tenho uma visão, de certo modo, crítica”, não era a crítica que eu tenho hoje, mas já tinha restrições àquele caminho de luta armada, completamente desfocado de trabalho, de organização popular, mas que eu estava disponível para ajudar em tudo que fosse possível, dentista, médico, remédio, dinheiro, documento, esconder, tirar daqui, levar para lá e tal e tal. Eu não sei até hoje como o exército descobriu que esse contato foi feito. Até quero um dia encontrar com o Adélio, ele tá no Paraná, para ver se ele tem alguma informação sobre isso. Para mim é uma incógnita. O fato é que em março cercaram a casa dos meus pais para me pegar e sumir comigo, porque já imaginavam que eu estivesse vinculado à luta armada, à VAR-Palmares. Aí eu consegui fugir, os vizinhos gostavam muito de mim, eu conhecia todo mundo, fiquei escondido dois meses e meio em Belo Horizonte. Não tinha alternativa, se me pegassem era para matar, aí eu fui embora para o Chile. Com dois anos e meio de exílio, eu pensei: “Ou eu vou virar exilado espanhol ou eu vou embora para ser um acadêmico”, eu tinha um convite para estudar nos Estados Unidos, em uma grande universidade, e vou virar um acadêmico, seria muito bom... Ou volto para o Brasil e vou fazer uma combinação, terminar a minha vida acadêmica universitária, que eu interrompi no início do segundo ano e continuar de alguma maneira com participação política, eu vou ver como. Tomei a decisão e voltei ao Brasil. Cheguei aqui em outubro de 72, dois anos e meio depois que eu sai. A Polícia Federal me chamava toda semana, me ponia nu, me fotografava de frente, de costas, de lado, impressões digitais...

THIAGO: E como que foi essa volta? Porque o senhor era um procurado da justiça e justamente dois anos e meio depois você volta...

JOÃO: Não, aí eu já tinha cumprido a pena. Era procurado, mas tinha passado dois anos e meio, tudo aquilo que eles supõem, meu vínculo presumido com a VAR-Palmares...

THIAGO: Eles já tinham acabado com a luta armada nessa época?

JOÃO: A VAR-Palmares já tinha acabado, a luta arma já tava ainda quase acabando.

THIAGO: Não tinha acabado.

JOÃO: Não tinha acabado, não....

THIAGO: (Trecho incompreensível).

JOÃO: A guerrilha do Araguaia tava apenas começando, eu não sabia disso. Quando eu cheguei no Brasil ninguém sabia sobre a guerrilha do Araguaia.

CAROLINE: Durante o seu exílio no Chile, o senhor teve algum contato político?

JOÃO: Direto, eu...

CAROLINE: Como isso ocorreu?

JOÃO: Eu fui trabalhar em reforma agrária. Eu era funcionário do Estado chileno no governo do Salvador Allende. E fui trabalhar... Eu e o Helvécio (trecho incompreensível), em reforma agrária e reforma urbana. Eu rodei todo o Sul do país fazendo reforma agrária, morei no campo no Chile, um período para ajudar a consolidar a reforma agrária, estudei a fundo a questão agrária no Chile. Fui trabalhar em reforma urbana, morei três meses em uma favela na cidade de Concepción, 560 quilômetros ao sul e eu tinha um trânsito ótimo com partido comunista, com partido socialista. Falava o espanhol muito bem, muito bem, sem erro, e uma simpatia maior pelo MIR, mas não me vinculei à nenhum deles, que eu não ia criar ilusão que eu ia ficar militando e morando no Chile. Eu sabia que em algum momento eu ia sair. Então eu transitava bem na unidade popular, convivia com todos, inclusive com o Mir e fazia isso de segunda a sexta. E ao mesmo tempo matriculado na universidade do Chile, onde tinha brechas, eu frequentava sociologia, economia e no final de semana é que eu convivia com a colônia de brasileiros. eu não cometi o erro dos exilados. Os exilados conviviam entre si, os que foram trocados nos sequestros e tal, criticavam a unidade popular, que supostamente era moderada, reformista, não era revolucionária... Olha bem. Criticavam, não se engajavam no processo da vida social, política e econômica chilena. A maioria não teve emprego e não teve renda, viveu, portanto, de ajudas ou do grupo, e reproduziram no exílio... Esse é o pior cenário... Aas organizações existentes ou que haviam existido no Brasil. E reproduziram no exílio não apenas as organizações, por assim dizer, de uma maneira um tanto literária, um tanto ficcional, como reproduziram também o sectarismo nas relações entre os membros de uma organização e de outra. Reproduziram isso. Era uma coisa muito desagradável, e essas coisas não estão escritas ainda, mas era preciso ir fundo nessa história e essas pessoas reconhecerem esses erros. Alguns reconhecem como João Carlos Bona Garcia, em um livro de memórias que escreveu, ele é um gaúcho, ele reconhece essas coisas, ele estava no Chile no período. Então eu vivi intensamente o

processo chileno da unidade popular, fui protagonista da reforma agrária, fui protagonista da reforma urbana, participei de tudo e tomei uma decisão. Em outubro de 72, portanto... 11 meses antes do golpe do Pinochet, que ninguém imaginava que ocorreria, eu resolvi voltar para o Brasil e tomei uma decisão que eu acho corretíssimo. Foi muito duro, que a perseguição foi brutal, eu casei com a Virgínia logo em janeiro de 73, para vocês terem uma ideia... Pra vocês terem uma ideia. Isso está num livro, tem um livro sobre guerrilha do Araguaia, chamado Araguaia, a jornalista que escreveu, eu esqueci o nome. Ela pesquisou durante sete ou oito anos, e teve acesso por laços de família com o general a documentos secretos do centro de informação do exército e do centro de informação da aeronáutica e do CEMAR que ninguém tinha tido até então. Tem uma página que ela diz: “Relatório do centro de informação do exército, registra que houve uma mudança no comando militar da guerrilha do Araguaia, que agora foi assumido por João Batista dos Mares Guia”, olha bem. Porque fizeram isso? Eu casei em janeiro e, no final de fevereiro, o Jorge Batista Filho tinha sido presidente do DCE da UFMG em 67, era como eu, do COLINA e foi preso comigo e fomos condenados juntos. O Jorge tinha se casado, tinha ido para o Rio Grande do Norte, onde o irmão dele, o Pedro Paulo Batista, engenheiro de minas, trabalhava com uma multinacional, numa grande mina de níquel no interior do Rio Grande do Norte. O Jorge Batista foi para lá por essa razão. Lá na universidade, para ele completar o curso de jornalismo, ele conheceu a Ana, com quem ele se casou e no casamento deles, eu e a Virgínia fomos os padrinhos do casamento, não tínhamos um tostão, fomos de ônibus, três dias para chegar em Natal... Três dias para chegar em Natal. Ficamos lá e tal, voltamos para Recife e de Recife... Eu tive um problema de saúde, um problema intestinal grave. Aí compramos passagem parcelada para voltar para Belo Horizonte. Nesse período que eu sai do radar da Polícia Federal e do CIE, que me monitorava em Belo Horizonte, o passo a passo, quem ia na minha casa, com quem eu conversava, o que é que eu fazia, passo a passo, foi uma brutalidade o que fizeram com a minha família, com a minha mulher, com o meu... Depois com meu primeiro filho nasceu, o primeiro filho nasceu. Então eu sai do radar, conclusão deles, eu tô na guerrilha do Araguaia. Eles podiam ter pego a mim e a Virgínia, sumido, na suposição de que estávamos na guerrilha do Araguaia. Isso está registrado em livro com os documentos do CIE com o meu nome lá, para vocês terem uma ideia o que é que era. Que fizeram um cerco sanitário em torno da guerrilha do Araguaia para ninguém saber. O único vazamento foi uma matéria do jornal Estado de São Paulo, que logo, logo em seguida foi sufocado por conta disso. Aí eu voltei, viram que eu não estava na guerrilha,

continuaram me chamando, mas era aquela coisa. Invadiram a minha casa, eu já casado. Em 74, Thiago Nasser, eles telefonavam de madrugada dizendo que iam sequestrar o Thiago. Eu não me lembro se em 74 ou 75, houve um fato muito estranho, que invadiram a minha casa, bateram na moça que trabalhava na minha casa e tentaram invadir a casa, isso ela estava chegando depois da 22h00min, eu estava lá no fundo casa... Quando o Thiago... O Thiago já tinha dormido, eu estava cochilando, eu sai até de calção correndo assim, me deram um tiro, pegou na perna. Até hoje...

THIAGO: Você morava aonde nessa época?

JOÃO: Na Rua Carangola, depois da FAFICH, lá no alto em frente à Copasa. Uma casa velha, cor de abacate, antiga, toda esquisita.

THIAGO: Tem a casa lá ainda?

JOÃO: Não, derrubaram. Tem um predinho lá de três andares. E eu levei um tiro praticamente a um quarteirão, dois quarteirões da minha casa, que ainda fiz besteira de correr atrás dos dois caras, aí eles pararam e um deles tirou o revólver, ficou rindo e deu um tiro, eu pulei atrás de um poste e a bala pegou na minha perna. Tinha um bar com uns 30 homens em frente, eles fecharam a porta e me deixaram sozinho lá fora. Se os caras quisessem me matar, eles teriam vindo e tal. Até hoje não sei o que foi isso, se era ladrão ou se foi... Porque era constantemente ameaça contra a minha casa. Então daí em diante, todas as vezes que eu viajava, que aí eu já tinha... 75, fui um dos contadores do jornal O Movimento e era do conselho editorial e escrevia no jornal movimento. Eu tinha uma reunião quinzenal ou mensal do conselho editorial, eu viajava e o Vicente Gonçalves, o famoso Vicentão, que morreu tem pouco tempo, foi um dos grandes líderes de movimento social de vilas e favelas em Belo Horizonte, dormia na minha casa, ele e o filho dele. Para proteger a Virgínia e o Thiago. Eu tenho essa gratidão com o Vicentão, isso foi durante 75, durante 76. Que aí não só eu era ligado ao movimento, e com uma visibilidade nacional, que o movimento defendia a assembleia nacional constituinte. E foram designados quatro representantes do movimento para falar em nome do jornal, dando conferências no Brasil. Eles mandavam a passagem, a gente dormia na casa de alguém, não tinha dinheiro para nada, e isso eu não último ano da faculdade, para forma em sociologia, professor no colégio Loyola e professor de pré-vestibular.

THIAGO: Esse curso demorou, hein?

JOÃO: Hein?

THIAGO: Esse curso de sociologia demorou, hein?

JOÃO: Demorou. Eu fui terminar em 75. Então nós passamos a viajar Brasil afora fazendo conferências e debates nas universidades federais sobre assembleia nacional constituinte, 75/76, quando a Ditadura ainda estava matando, apesar do Geisel, mas ainda estava matando. Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e aquele ataque ao partido comunista... E o massacre de Ipa, PCdoB, que foi em 76 e etc. E isso tudo no radar dele, eles tem essa história toda, acompanharam tudo. E foi nesse momento que eu terminei o curso de sociologia, fiz o concurso do DCP, Departamento de Ciência Política, o mestrado, e fui entrevistado por uma banca para ser professor de sociologia na UFMG. 76, estou frequentando o mestrado, cancelei a aula no Loyola, cancelei aula em pré-vestibular, que era dedicação exclusiva em tempo integral. Frequentando o mestrado, dando aula de sociologia para três turmas, todo mundo com a vida funcional resolvida, contratados recebendo, eu lá assinando ponto, caderneta lançada em meu nome e tudo e o meu contrato não saía, não saía. Dei aula um semestre inteiro, reitoria mandou suspender as minhas aulas. Aí deu um movimento espontâneo de professores em defesa da autonomia universitária, esse grupo, inclusive com o Padre Cláudio Henrique de Lima Vaz, Fábio Wanderley Reis... A velha guarda inteirinha, eu era muito estimado. A velha guarda inteirinha de professores foram em solidariedade em defesa da autonomia universitária e os jovens professores, meus colegas. E aí a universidade deu como recado através do um pró-reitor, o sociólogo José Armando de Souza,

que havia uma pressão militar, que era o general Antônio Bandeira, querendo criar um conflito com o Aureliano Chaves via o reitor da universidade, o Eduardo Osório Cisalpino, muito ligado ao Aureliano, mas que aguardasse que iam resolver. De fato, no início de agosto outra ordem para que eu voltasse a dar aula, dei até setembro. Outra contraordem para eu parar as aulas. Aí o movimento se manifestou de novo, o Cisalpino mandou um recado já diferente, "Pare com esse movimento, que eu não vou tolerar pressão, nós vamos tentar resolver isso." Fui esperando, esperando, não me davam uma informação, as pessoas se sentiram um pouco intimidadas. Então eu tive que, em 77, não em lembro em que mês, entrar na justiça federal do trabalho para poder receber, porque eu fiquei sem renda, no ano de 1976, casado com filho. Tive que cancelar a participação no

mestrado, voltar a dar aula em pré-vestibular para poder renda, e aí ganhei na justiça federal do trabalho e consta na Universidade Federal de Minas Gerais como se fosse um problema funcional trabalhista que eu tive o meu pleito, ganhei na justiça do trabalho, mas a Ditadura não existe, o exército não existe, a perseguição não existe e até hoje essa Universidade Federal de Minas Gerais não reconheceu o erro, a omissão, a falha e tomou uma atitude qualquer que seja, mas uma atitude para, pelo menos, esclarecer o que aconteceu. Isso eu quero que a Comissão da Verdade esclareça completamente. Não posso abrir mão disso, isso é uma questão de princípio. E não quero indenização. Eu não critico ninguém que recebeu indenização. Todos têm suas razões, e eu respeito e acho que eles tem o direito, mas eu não aceito pra mim. Eu não aceitei nenhuma indenização em Minas, nem em São Paulo, nem indenização nacional, não quero saber de nada disso. Eu vivo do meu trabalho, continuo vivendo do meu trabalho, não tenho nenhuma aposentadoria, recusei a de deputado, não quero nenhuma indenização, mas eu quero meu cargo na universidade como professor de sociologia. Isso eu quero, essa é que é a justiça que eu quero, e trabalhar até os 80 anos se eu tiver saúde e até de graça depois que aposentar, não estou atrás de aposentadoria. Então essa é a história do meu retorno ao Brasil, ainda em 75, junto com o padre jesuíta que ficou amigo no colégio Loyola, o Miguel Emosua Rojo, de uma família rica de produtores de azeite, ele recebia um dinheiro e nós púnhamos esse dinheiro em movimentos populares. Começou-se a falar, não se falava em movimentos sociais, começou-se a falar em movimentos populares. Organizamos, na ocasião, uma espécie de sopão dos pobres, que era o comitê de luta contra o desemprego, tinha um nome determinara mais ou menos isso. Ajudamos a organizar o movimento social que vai redundar na constituinte e na constituição brasileira na defesa da universalização da educação infantil, que era um movimento comunitário pró-creche. Criamos o centro de estudos do trabalho, que eu era presidente dentro da Cidade Industrial, quem pagava a conta toda era o dinheiro da família do Padre Miguel que vinha lá da Espanha, pusemos uns 60 estudantes universitários, que nunca tinham tido militância nenhuma de jornalismo, de psicologia, de economia, de sociologia, ajudando a fazer as entrevistas. Reuníamos assim líderes sociais, sindicalistas, estavam surgindo a oposição sindical operária, estava surgindo o movimento de organização de vilas e favelas que eu participei, de 74 até que a lei do pró-favela foi conquistada, então começamos a chamar as pessoas para entrevistar para entender o contexto daquele ressurgimento após 64. Fazíamos cadernos, chamado

cadernos do CET, Centro de Estudo do Trabalho, sobre organização de associação de bairro, organização sindical, reforma agrária. Fizemos...

THIAGO: Tem um arquivo com esses cadernos?

JOÃO: Tem. Tem gente que tem a coleção completa desses cadernos do CET. Levei alguns novos militantes de esquerda de um grupo que se formou em Belo Horizonte, de orientação trotskistas, um grupo culto, estudioso, marxismo, mas muito dogmático, e um pouco de elite, que eles não punham a mão na massa, então eu que conseguia levar eles pro CET, para o jornal De Fato, para o jornal Movimento, para participar de um movimento de anistia. Então eles foram, e eles vieram do movimento estudantil, queriam ter alguma atividade posterior ao percurso universitário, então fomos criando esse tipo de coisa, que eu tenho essa facilidade empreendedora de criar essas organizações mais amplas que abrem as portas para as pessoas participarem. E o centro de estudos do trabalho cumpriu muito bem a destinação dele. Quando chegamos. Então nesse meio tempo eu era continuamente chamado para dar cursos da liderança universitárias, dei inúmeros cursos, novos líderes do movimento estudantil sob realidade brasileira e etc, as conferências pelo movimento sobre a assembleia nacional constituinte e em 78 nós decidimos, um grupo grande, o nacional, dentro do jornal Movimento, que era a hora de nós nos separarmos, não foi sectarismo. Nós identificávamos, diferente do jornal O Movimento, que a contradição capital do trabalho já estava muito expressiva no Brasil e que era a hora de nós, ao lado da luta pela constituinte, pela redemocratização do Brasil, portanto alianças com o MDB, tudo isso valido, mas era a hora de nós termos um foco na classe operária num novo movimento sindical que estava emergindo, ainda não tinha aparecido o Lula. Vai aparecer em 78, principalmente em 79. Mas a partir de 77, começa uma coisa muito poderosa, que é o seguinte, o movimento sindical operário em Minas começa a retomada a partir de João Monlevade com João Paulo Pires Vasconcelos. Eu acompanhei de ponta a ponta, todas as greves eu estava lá, invariavelmente cobrindo como jornalista, depois como deputado, e tem uma explosão, que começa em 77 e vai culminar em 79 na anistia dos sindicatos dos profissionais de nível universitário das classes médias. Tudo o que era associação profissional, meio elitista, meio literária para promover eventos, se transforma em sindicatos, médicos, arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, imagine uma categoria profissional e daí a pouco ela virava um sindicato, surge o Sind-UTE, que era uma associação de professores públicos. Vem o Sind-UTE, na perspectiva de trabalhadores no ensino, até um equívoco, no meu ponto de vista, mas na época uma coisa muito interessante, com um grande movimento sindical,

que cobre todo o Estado de Minas Gerais, e isso com movimento nacional. Em Minas foi mais forte, aliás, curiosamente, essas coisas sempre são mais forte em Minas Gerais, formação de organizações de esquerda, movimento estudantil, primeira greve operária pós-64, tudo em Minas, mas a mídia tá concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Então lá são os dois focos pela mídia, quando na verdade as coisas aconteceram primeiro aqui, quase sempre. E isso não fica claro. Bom então...

THIAGO: E com a lei da anistia o que é que muda (trecho incompreensível)?

JOÃO: Criamos o jornal Em Tempo, com foco no movimento operário, no novo movimento sindical e ampliando a ideia da luta pela democracia, como uma luta também na perspectiva do interesse dos trabalhadores com a visão de longo prazo no socialismo. Isso é que justificou a nossa saída, que tornou-se incompatível com a linha editorial do Movimento. Criamos o jornal Em tempo, número um do jornal Em Tempo, o jornal estampa desse tamanho, em cores, a primeira denúncia com o listão dos 244 principais torturadores do Brasil, aí começaram os ataques contra o jornal Em Tempo. A nossa sede aqui em Belo Horizonte, na Rua Bernardo Guimarães, entre São Paulo e Bias fortes, ela foi atacada com ácido, queimaram todo o nosso arquivo fotográfico e de documentos, o chão ficou abalado tal à concentração do ácido, e puseram uma granada na minha máquina de escrever, que explodiu e foi dividida ao meio, de aço. Eu acho que ela tá exposta até hoje no sindicato dos jornalistas. E aí vocês imaginam, da minha volta ao Brasil até esse período, o que é que foi a vida da minha família. Era ameaça uma atrás da outra, telefonema um atrás do outro, ameaça na universidade, esse tipo de coisa, isso foi recorrente em todo esse período. Então eu era um nome muito conhecido por uma história, independentemente do PT, que não existia, eu já era uma referência. E, provavelmente, imagino a principal referência na esquerda que na nossa região. E aí foi um passo natural, a partir da formação do Em Tempo, em 79 eu e mais alguns companheiros do jornal Em Tempo trouxemos o Lula para um debate, em outubro de 79, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, a que ainda era no centro, ali na esquina de Curitiba com Tamoios, ali. E a ideia de um partido dos trabalhadores já tava clara para o jornal Em Tempo que congregava vários militantes de esquerda, da esquerda armada, ex-presos políticos e o grupo trotskistas, que vai ter uma influência na formação do PT, uma influência menor, mas uma influência significativa, de todo jeito. E no ano de 80 vem o PT. E eu fui um dos fundadores do PT, ajudei a forma o PT em Minas e fora de Minas. Em Minas, provavelmente, eu devo a ter até 81 tido uma participação direta na formação de uma 150 comissões provisórias. Com registro de que

na ocasião nós íamos ao interior de ônibus ou às vezes um carro com cinco pessoas, dormíamos em sede de sindicato, dormíamos em sacristia ou casa de padre, que ninguém tinha dinheiro para comer, ninguém tinha dinheiro para dormir, ninguém tinha dinheiro para nada. Então era assim, uma perspectiva, digamos, sacrificial de se forma o partido político. Contra tudo e contra todos, hostilizados pelo PMDB que nos víamos como os que estavam dividindo as oposições, fazendo jogo da Ditadura e as classes médias com medo, aquela coisa toda, enfim. Então 80/81, foram os anos e 82 da formação do PT. Em 81 eu convenci o Nilmário Miranda e o Tildem a entrarem para o PT. E o Nilmário me ajudou muitíssimo e daí em diante ele foi uma figura muito importante na formação de comissões e transformar as comissões em diretórios, para que nos ficássemos habilitados a disputar a eleição. E aí eu fui eleito, em 1982, fui eleito pelo PT, e numa circunstância muito interessante que é preciso deixar claro. Na época, o Regime Militar fez sucessivas manobras mudando a legislação eleitoral, uma delas foi o voto vinculado de ponta a ponta. Para votar em mim, quem quisesse votar no Tancredo, que era oposição moderada à Ditadura, não tinha como votar em mim. Então imagina a dificuldade para o PT. A nossa candidata era Sandra Star, uma pessoa valorosa, combativa, porém desconhecida como o PT era desconhecido. Então o voto foi muito em cima de pessoas conhecidas que tinham uma... Digamos, imagem pública de militantes de esquerda e pessoas que queriam mudar de um modo mais radical. Então o voto foi muito mais nesse sentido. Na ocasião ao PT, nós aprovamos uma chamada tática eleitoral solidária. O que era a tática eleitoral solidaria? Na ocasião, existia os núcleos, o meu nome foi lançado como candidato a deputado estadual pelo meu núcleo no bairro do Horto. Não era pela cúpula como depois foi sendo, não. Pelas oligarquias, que depois tomaram conta completamente do partido. Oligarquias

parlamentares e oligarquias burocráticas das tendências ideológicas. E quem não era vinculada à nenhuma tendência e não era parlamentar, ficava a ver navios à margem da vida, como massa de apoio solidária, acreditando que era o caminho, quando na verdade já tinham dois processos formidáveis em paralelo e solidários entre si de oligarquizarão do poder e da tomada de decisões no partido. Naquela época inaugural não era assim,

os núcleos funcionavam, eu sai candidato a deputado lá, fui eleito, fizemos uma campanha baseada nessa tática eleitoral solidária e essa tática dizia o seguinte “Nós vamos lançar em todo o Estado o maior número possível de candidatos a deputados federal e de candidatos a deputado estadual. Por região, cidade, categoria profissional, classe social” e assim por diante. O que é que aconteceu na verdade? Já naquele momento, um grupo dentro do PT chamado Centelha lançou um candidato a federal e lançou um candidato ou dois a deputado estadual. E ao invés de lançar novos candidatos, concentrou todo o seu trabalho nesses candidatos da tendência. Eu, que era o nome de maior visibilidade, eu lancei mais de 10 candidatos a deputado estadual nas áreas onde eu havia formado o PT e as pessoas queriam votar em mim. Foi difícil, por exemplo, convencer o Joaquim de Poté, a sair candidato a deputado estadual em 82, teve 4.800 votos. Foi difícil convencer um veterinário de Nanuque, que teve 2.700 votos, que queria votar em mim, e eu fiz isso. E a tendência, o grupo organizado, semi clandestino dentro do PT, carregou o trabalho somente nos candidatos deles. Então a coisa vem um pouco de longe. Mas seja como for, o PT era muito vívido. E aí vem o meu mandato, eu era o único deputado do PT, como é que eu compus o meu gabinete? Nilmário Miranda o meu chefe de gabinete, o Betinho Duarte, do movimento de anistia, do jornal O Movimento, do jornal Em Tempo, que inclusive perdeu patrimônio, a empresa dele faliu, que todo o dinheiro que ele ganhava ele punha nos movimentos sociais, nos movimentos de anistia, nos jornais. Assim foi, esse era o meu gabinete. E mais, o Sálvio Penna, e pessoas militantes do PT. O meu gabinete, naturalmente, o que é que ele era, um gabinete completamente a serviço do PT. Não tinha essa história de mandato popular João Batista dos Mares Guia, essa coisa personalista que depois tomou conta de todos os mandatos do PT, mandato popular fulano de tal, mandato popular fulano de tal. O que divide as atenções e o prestígio e institucionalmente confunde a identidade como o PT. Não tinha isso. O meu gabinete era um gabinete a serviço da consolidação do partido dos Trabalhadores e daquilo que eu tinha como consciência, como visão do meu trabalho. Que eu me recorde, não houve luta social em Minas nesse quadriênio, seja no campo ou na cidade.

THIAGO: Como assim não houve luta social?

JOÃO: Não. Eu digo, não houve da qual eu não tivesse participado, inclusive dos índios. Aliás, uma das coisas...

THIAGO: Tem uma comissão aqui dos índios também, você poder falar.

JOÃO: Uma das coisas nas quais eu me sinto mais à vontade, em relação aos índios, é que dentro ainda do meu mandato, não foi trabalho só meu, não. Foi trabalho de muita gente, inclusive da Procuradoria-Geral da República, nós conseguimos restituir aos Krenaks, no Vale do Rio Doce, o território Krenak que havia sido ocupado, expropriado, pelos fazendeiros. Inclusive tinha um colega meu na assembleia, um deputado conservador, até gostava muito de mim, fazendeirão, “É, Mares Guia, vai ser uma guerra ali no Rio Doce”...

THIAGO: Como que era o nome dele?

JOÃO: Não me recordo o nome dele. Gostava muito de mim, me respeitava muito, pedia para escrever coisas para ele.

THIAGO: Seu... O partido dele pelo menos?

JOÃO: Ele era do PFL. Ainda não tinha o DEM, era o PFL. Bem conservador, bem atrasado, mas... Fizemos isso. E depois eu, como Secretário de Estado da Educação, com a ajuda inestimável de um grupo da Universidade Federal de Minas Gerais, nós criamos um programa de educação indígena e criamos uma coleção...

THIAGO: Isso foi quando?

JOÃO: Isso. Eu fui secretário de 95 a 98, isso foi mais ou menos em 97. Esse programa de educação indígena teve duas características fundamentais. Uma foi a produção de materiais didáticos bilíngues, na língua indígena e em português, inclusive respeitando a visão de mundo, a cultura dos indígenas. Foi um trabalho até antropológicamente muito rico. Eu devo isso principalmente à Márcia Spier, que é formada em geografia ligada à UFMG, mas trabalhava com índios, e ela liderou a produção desse material. O meu papel foi gerar para eles as condições institucionais, financeiras e o protagonismo, incluindo isso na rede. Aí eu dei a ideia: “Por que não formar a primeira geração de professores indígenas?” E formamos em dois anos professores indígenas, com cursos intensivos no Parque Estadual do Rio Doce, ali no Vale do Aço. E contratei os professores indígenas pela Secretaria de Estado de Educação, inclusive correndo um risco...

THIAGO: Esse programa existe até hoje?

JOÃO: Existe, porque o Tribunal de Contas não quis se manifestar e eu contratei sem concursos.

Como é que eu ia fazer concurso para professor indígena recém-formado? Contratei pela Secretaria de Estado de Educação. O MEC depois adotou esse programa, mas não deu a paternidade do programa à secretaria do Estado de Minas Gerais, e hoje eu confesso...

THIAGO: Que hoje é um grande programa nacional.

JOÃO: Virou um programa nacional.

THIAGO: (Trecho incompreensível) inclusive (trecho incompreensível).

JOÃO: Virou um programa nacional com base no que fizemos na secretaria de estado, com esse grupo ligado a UFMG, também a Faculdade de Educação...

THIAGO: Vamos voltar lá nos anos 80, lá no começo do seu mandato. Você acha que... Então foi essa informação do seu gabinete que te colocou em contato com essa questão da luta rural em Minas?

JOÃO: Não. Não, porque antes de eu ser deputado do PT, eu já tinha contato com a luta rural em Minas. Como? Eu não tenho certeza quanto ao ano, mas é provável que tenha sido em 78, 78 ou 79, quando eu fiz a primeira...79, a primeira viagem mais política ao Vale do Mucuri, com o ponto central em Teófilo Otoni. Depois, em 1980, eu era técnico pesquisador, eu tive quatro promoções, que eu era bom. Eu era bom no negócio da Fundação João Pinheiro, nunca ganhei tanto dinheiro na minha vida. Como eu...

THIAGO: Esse trabalho constituía em fazer o quê mesmo?

JOÃO: Formulação em políticas públicas, avaliação de impactos de políticas públicas e etc, formação de técnicos do aparelho de estado, na gestão de políticas públicas, com gente muito boa, muito boa.

THIAGO: Essas políticas públicas incluía intervenções urbanas ou rurais?

JOÃO: Mais urbanas, mais urbanas. E aí eu fui demitido pelo Francelino Pereira, que declarou, pelo menos teve dentro da imoralidade que foi a minha demissão, a decência de dizer claramente que era por razão política, que eu tinha acabado de ser eleito Secretário-geral do PT em Minas Gerais. O jornal do Brasil fez uma matéria de página inteira, me entrevistou em Teófilo Otoni na ocasião, me relacionando à igreja católica. Eu sou ateu, mas me relacionando à igreja católica. Lá em Teófilo Otoni, em 78, eu acho... Antes... 77, porque que eu fui lá? Agora eu estou lembrando. Eu já tinha contato, ou tive um contato a partir da ideia de fazer um caderno do CET, vinculado à reforma agrária. Fui à Teófilo Otoni, porque tinha informação de que lá estavam vários padres italianos, ligados à pastoral da terra, e nessa ocasião eu comecei a ter ligações com a FETAEMG através do André Montalvão, ainda muito preocupado, muito discreto, muito cauteloso para entender o que é que estava acontecendo e não colocar a federação em risco, porque ela foi muito perseguida pela Ditadura. O fato que isso se abriu, e eu fui à Poté, quando eu conheci o Joaquim de Poté. Nós fomos para lá para fazer entrevistas com trabalhadores rurais que nos foram indicados pelos padres italianos, de quem eu fiquei amigo fraterno de cada um deles, e a entrevista mais importante que foi a base do

caderno do CET, nós fizemos no município de Pavão, pertinho da fronteira com a Bahia, estrada de terra, barro, na época chovia muito. Eu me lembro até hoje da fisionomia do Adão. O Adão era um negro baixinho, um rosto triangular ossudo, aqui afundava, as maçãs proeminentes, um olho fundo, vigoroso, brilhante, vivo. Ele era assim, magro, mas musculoso, trabalhador rural mesmo. “Conversa com ele”, virou o caderno do CET sobre a reforma agrária. Foi uma coisa absolutamente fantástica. Essa conversa foi assistida pelo padre Domingos, que depois foi o principal líder na região da Pastoral da Terra e também do conselho indianista missionário, mas ele tinha uma doença gravíssima na perna e um problema renal. Ficou muitos meses hospedado na minha casa em Belo Horizonte, mas não teve jeito e morreu, morreu jovem. E o líder intelectual deles, com grande formação filosófica, cristão, porém que tinha uma visão marxista da sociedade, era o Padre Giovanni. Tornou-se meu grande amigo interlocutor, a partir do Giovanni, toda essa província de padres italianos da região. E eles faziam espontaneamente, sem vínculo com a esquerda, o que hoje nós chamamos de movimento sociais. Além de criar instituições para proteção do menor abandonado, do menor órfão, de velhos empobrecidos, um trabalho admirável, que eu quero fazer. Eu quero, se eu tiver dinheiro eu quero criar orfanato, eu quero criar casa para criança aidética, casa para criança com câncer, esse tipo de coisa eu quero fazer, juntar gente para dedicar o final da vida a esse tipo de coisa, né... Eles faziam isso espontaneamente, mas também eram muito politizados. Tentavam criar sindicatos, apoiavam trabalhadores, toda a causa social, estudantes e sindicatos de trabalhadores rurais. Nós ajudamos à formar. Uma das cartilhas do CET foi sobre sindicalização rural, sindicato de trabalhador rural, reformar agrária e sindicato dos trabalhadores rurais. Nós ajudamos a formar sindicatos, vincular a FETAEMG com esses sindicatos. Aí veio o meu vínculo com a FETAEMG antes do PT, o PT não existia. Então esse foi o meu vínculo.

THIAGO: E como que era essa atuação do sindicato em Minas Gerais? A constituição deles, os mais importantes, os que você lembra?

JOÃO: Eu não sei mais em detalhes, eu sei que era uma dificuldade extraordinária, que você

imagina uma região latifundiária, como o Vale do Mucuri. A igreja já estigmatizada como se fosse uma igreja tomada pelos comunistas, embora tivesse um bispo, que fosse um bispo moderado, que não criava problema. Nesse meio tempo eu conheci um grande fazendeiro, vice-presidente estadual da FAEMG, a conservadora FAEMG. Mas era um sujeito de valores cristãos, um humanista e um social-democrata sem saber que era. Esse camarada tornou-se um amigo fraterno meu, fraterno, ele me adorava e começou a apoiar os padres e apoiar o movimento de sindicalização rural, e entendeu. Isso ajudou a quebrar um pouco. E o modo como nós trabalhávamos, né. A gente chegava no povo mesmo, chegava no povo.

CAROLINE: Qual o nome dele?

JOÃO: Eu vou descobrir, se ele estiver vivo é uma pessoa que eu tinha vontade de ir lá visitar. Ele era cafeicultor e pecuarista, vice-presidente da FAEMG... Ah. A FAEMG tinha criado, por sugestão dos padres, através desse pecuarista cafeicultor, um movimento de alfabetização rural, que depois, eu, o Secretário de Estado de Educação, dei todo o apoio, inclusive a FAEMG me convidava para participar da solenidade de certificação e os padres juntos. Mas isso começou nessa época, é como se fosse uma volta no tempo, uma retomada lá no Vale do Mucuri, aquilo que a UNI e o movimento de educação popular do nordeste, onde surgiu o Paulo Freitas, fizeram antes de 64, no início da década de 60. Esses padres estavam fazendo isso no Mucuri, nessa ocasião, e essa coisa foi longe, inclusive depois com a colaboração da própria FAEMG através desse empresário rural. Então aí é que data a minha iniciação, no Brasil, de um vínculo com a questão agrária, mas a sensibilidade eu já tinha desenvolvido. Como? Não através da literatura sociológica sobre a questão agrária, que eu havia estudado muito no mestrado, através de um professor pesquisador, que chamava Bernardo Sorge, um uruguaio, judeu. Hoje ele é professor titular aposentado de sociologia da UFRJ, brilhante, que inclusive, já em 76, organizou um simpósio latino-americano sobre a questão agrária no Departamento de Ciência Política que a 4ª região de exército tentou vetar a contratação de três argentinos para virem pra esse simpósio. E quando eu consultei a documentação lá na biblioteca da UFMG eu vi uma vasta documentação sobre essa questão (trecho incompreensível).

THIAGO: Foi quando mesmo?

JOÃO: 76. 76, era um simpósio sobre a questão agrária na América Latina, organizada pelo Bernardo Sorge, que é meu amigo pessoal desde o mestrado até hoje, a gente se

encontra muito. Então eu adquiri uma ilustração sociológica sobre a questão agrária, mais abrangente, mas a

sensibilidade vem do meu vínculo com a reforma agrária real no Chile. No Chile eu fiz reforma agrária. Nós estudávamos a fazenda que ia ser desapropriada, como vai ser organizada a reforma agrária. Eu trabalhava no detalhe da organização da reforma agrária, do trabalhador virando proprietário alocado ali, como é que vai ser o sistema de apoio a ele e tal, até a comercialização. Trabalhei em tudo isso e trabalhei com as melhores pessoas do mundo. O Jackson Chou, é... Esse povo, né. Então o meu vínculo...

THIAGO: Quer citar mais algum que você trabalhou?

JOÃO: Hein?

THIAGO: Além do Chou você quer citar mais algum que você trabalhou?

JOÃO: O que estava lá também era o Plínio Arruda Sampaio. O Plínio, ele era uma figura humana admirável, admirável. Eu tenho por ele uma admiração notável, uma visão de mundo com a qual não concordo, mas admirável sob qualquer aspecto, para começar a figura humana. Uma grande figura.

THIAGO: Mares Guia, o senhor chegou a sofrer perseguições políticas e viu pelo menos um horizonte dessa violência do Regime Militar. E a reflexão sobre a violência no campo, o senhor chegou a ter ela também? Você percebia o campo como um lugar muito violento no Brasil?

JOÃO: Eu comecei a aprender sobre isso como jornalista, no jornal Movimento. Quando eu soube da história do Saluzinho, o que eu fiz? Eu não fiz uma matéria de gabinete, eu peguei um ônibus, fui para Januário. Foram... 14 horas de viagem, 15 horas naquela ocasião. Nem me lembro mais onde é que eu fiquei hospedado, uma pensão... E comecei a perguntar: “Não, o Saluzinho, Januária, tem familiares dele aqui?”, eu fui na casa, mas é em Itacarambi. Eu fui em Itacarambi. “Saluzinho mora aqui, mas ele está no alto da Serra do Fabião”, que é uma serra que faz a divisa do território de Januário com Itacarambi. Itacarambi fica imediatamente ao norte na margem esquerda do Rio São Francisco, atrás fica a Chapada Gaúcha. Aí eu consegui, não me lembro como, uma carona, alguém me legou até na entrada da serra do Fabião e me deram a dica, para subir a serra do Fabião só de mula. Não me lembro quem me arrumou a mula ou se eu paguei aluguel por ela, eu fui de mula lá no alto.

THIAGO: O senhor foi sozinho?

JOÃO: Sozinho, com máquina fotográfica... Me preveniram, “Saluzinho é muito estranho, muito difícil, dependendo, ele reagem com muita violência, você toma cuidado”. Cheguei

lá, encontrei um verdadeiro vietnamita, um baixinho, magrinho, também com o rosto triangular, cabeça não era achatada, maçã proeminente, um olho verde, brilhante, até um pouco lacrimejante, as primeiras duas horas ele me olhava desconfiado de tudo, eu não sei exatamente o porquê, de repente ele acreditou. Aí ele abriu. O que é que ele estava fazendo lá? Ele extraia madeira, eu não sei se ele tinha ajudante, eu não vi ajudante com ele. Ele cortava árvore lá no alto da serra, ele tinha mulas, desganhava o tronco, tirava todas as folhas e os galhos menores e cortava o tronco, quando era muito grande, no tamanho certo para as mulas puxarem e descia a montanha... A Serra do Fabião é muito alta, descia as toras de madeira desse modo e vendia a madeira. Era isso que ele estava fazendo. Trabalho perigosíssimo, um trabalho fatigante, exaustivo e ele morava lá como se fosse um cigano, uma tendazinha e tal, fazia a própria comida e tal. Eventualmente alguém da família levava mantimento para ele de mula lá em cima, até que ele terminasse aquela empreitada de cortar árvore. Aí me contou a vida dele, que ele era ali da região do Norte de Minas, mais Varzelândia, mas que teve uma passagem pelo Paraná, que ele era pobre, foi para o Paraná, me contou que lá no Paraná ele teve uma briga e matou um sujeito. Eu não sei exatamente, pode ter sido uma briga banal, e quando voltou ele virou posseiro no município de Varzelândia, perto de um lugar chamado Serra Azul, na qual tem uma gruta. Era o ano de 1967, quando então a SIA informou ao exército boliviano que o Guevara... A SIA não acreditava, custou, que o Guevara estava na Bolívia liderando aquela coluna guerrilheira que já estava praticamente isolada, que depois eles cometeram o erro de dividir a coluna em duas colunas. A do Joaquim foi exterminada, por traição de um camponês quando atravessava um rio, eles foram mortos a tiro com fuzil para cima, com água por aqui, foram todos eles mortos, não escapou um e o grupo Guevara focou isolado foi cercado e deu no que deu, a gente conhece a história. Nessa ocasião, tentaram vincular a resistência do Saluzinho à guerrilha do Guevara na Bolívia, razão porque o governo federal deu a ordem para não matar no Saluzinho, porque eles queriam investigar. O que eles fizeram com Saluzinho? Tinha em Montes Claros um coronel reformado da Polícia Militar, com banca de advocacia aberta e chamava Georgino Jorge. Ele era o maior grileiro de terras do norte de Minas, e a técnica dele era mancomunada com os donos de cartórios. Eles criavam documentação falsa para obter a certificação das terras, e produziram em cartório, título de proprietário da terra onde estava o Saluzinho, essa é a versão que eu tenho. E o Saluzinho já era posseiro lá de longa data, e era uma terra boa, que passa pertinho o Rio Verde Grande, é um vale irrigado. Por isso que estavam de olho na terra, muito boa para

pecuária e tal. E o Saluzinho resistiu. Na hora que ele resistiu, que foram tirá-lo, ele falou: “Se entrar aqui, eu atiro.” Ele foi para dentro da gruta da Serra Azul, com uma espingarda de carregar pela boca, aquela que você põe pólvora e pedaço de chumbo e soca. “Não entra não que eu atiro”, um cabo foi entrar e atirou e feriu o cabo no ombro, aí o que os caras fizeram? Pegavam um tambor de cheio de gasolina, jogavam a gasolina dentro da gruta e tocavam fogo para queimar o Saluzinho ou pelo calor e pela fumaça forçá-lo a sair. Pegaram a mulher do Saluzinho, puseram ela nua de cabeça para baixo, dos pés amarrados assim e ela amarrada em baixo e “Nós vamos matar a sua mulher” e ele gritava: “Não sai, não, Saluzinho. Eles vão te matar. Não sai, não” e ela gritando e eles batendo nela, e ele lá dentro. Isso foi passando, o DOPS foi para lá, com Tarci Menezes Sia, que era um pau mandado desse povo todo. Aí chegou em Brasília a notícia de que ele poderia estar ligado à guerrilha do Guevara, que foi o argumento que e o Georgino Jorge deve ter lançado, como cortina de fumaça, que ia ficar claro que era uma bandidagem dele para grilar terra, aí Brasília deu ordem para não matar. Aí foi preso, teve o inquérito normal, o condenaram fraudulentamente. E contou a história, mas a história não apareceu, e dentro da prisão o Georgino Jorge moveu os pausinhos para que desse comida com vidro moído para matar o Saluzinho, só que isso tudo foi descoberto. O fato é que ele sofreu horrores, e nós, no movimento estudantil, olha a evidência da desconexão com o mundo real do que se passava no campo, isso acontecendo no nosso Estado, há 450 quilômetros de distância, o Saluzinho é condenado, parece que 68 ainda, em Monte Claros, na justiça comum e nós nunca soubemos disso, não se justifica. Nós não tínhamos o direito de não saber, não é má-fé. Você não pode chamar de erro, e não pode chamar que é o peso das circunstâncias. Nós tínhamos que procurar saber, olhar para o campo. E não soubemos porque o nosso olhar não era para o campo.

CAROLINE: Havia algum envolvimento entre o DOPS de Minas Gerais e interesses pessoais do Coronel Georgino?

JOÃO: Total, eu não sei até que ponto isso significou propina para alguém. Mas por que é que um delegado, de ordem política e social, cujo DOPS está em Belo Horizonte, sai daqui para se meter em um presumido conflito de terra lá em Varzelândia, cujo interessado era um coronel reformado da Polícia Militar? Em nome de quem? Em nome da ordem política e social? Ou por que imaginou que ele tivesse vínculo com o Guevara? E o Tarci era muito midiático, o Tarci gostava de estar na frente de tudo, exibicionista e tal. Esse vínculo é uma incógnita, se era uma questão ideológica ou se era uma questão

mediática com exibição com vista a se tornar o diretor do DOPS ou eventualmente um secretário de segurança pública, que ele era muito ambicioso nesse sentido,

né, ou se era alguma coisa de interesse material. Eu não posso afirmar, porque eu não sei. Mas o fato é isso, é que foi uma história caricata, uma fraude completa, e quase que mataram esse homem e mulher dele. Então quando eu me tornei repórter do jornal Em Tempo, aí eu fui lá em 78. Acho que a primeira matéria que eu fiz com o Em Tempo, de duas páginas, foi lá entrevistar o Saluzinho e fotografar. Só que eu perdi esse arquivo todo, que quando fizeram o ataque ao jornal o ácido queimou tudo, enfim. Mas então aqui no Brasil foi o primeiro contato que eu tive direto com o campo, foi o caso do Saluzinho e logo em seguida os contatos com os padres na região de Teófilo Otoni, que daí eu fiquei conhecendo Joaquim de Poté, fizemos o caderno do CET e eu comecei a frequentar a região. E na ocasião da formação do PT, portanto a partir de 1980, eu e o (trecho incompreensível) Lisboa, primeiro formamos as comissões provisórias nos municípios do Vale do Mucuri, do São Mateus e do Jequitinhonha, e depois o Nilmário Miranda, que entrou no PT em 81, que o Nilmário antes defendia a tese da unidade das oposições no MPT, que era uma tese muito forte. Aí o Nilmário foi uma figura central para transformar as comissões provisórias em diretórios, que aí com todo registro cartorial, as convenções e tal, ele era o meu chefe de gabinete e a infraestrutura que era usada era a do gabinete para poder fazer esse trabalho. Então daí que veio o vínculo ao campo, nessa ocasião eu já tinha muito vínculo com a FETAEMG, era muito chamado. Os encontros com a FETAEMG eu participava naturalmente, e eleito deputado eu me tornei o deputado da FETAEMG. A FETAEMG frequentava o meu gabinete mais do que eu frequentava a própria FETAEMG, e daí em diante todo o problema que surgia no campo naturalmente eu era visado, eu não vou me lembrar de tudo...

THIAGO: E o senhor ficou sempre acompanhando então a FETAEMG mais de perto, então o senhor conheceu os setores, arquivos, essas coisas todas?

JOÃO: Não, arquivos eu não pesquisei, não, mas eu frequentava muito as reuniões, os encontros estaduais da FETAEMG eu era chamado para falar, as pessoas me tratavam com o maior carinho, tomava café com eles, almoçava com eles. Eu me lembro de ter participado de vários dos encontros estaduais, dos sindicalistas ligados à FETAEMG e em todos eu falava, e virei uma referência. Então tanto ajudava em demandas, por assim dizer, burocráticas, que o aparelho de Estado dificultava a legalização, ou a resolução de um problema burocrático de um sindicato de trabalhadores rurais, como ajudava na

questão de lutas concretas, no caso do Eloy, que depois foi assassinato. Na direção estadual do PT, tinha um dirigente, que era o... Morava no Vale do Jequitinhonha, na zona rural de Araçuaí, numa gruta... Vicente Nica. O Vicente Nica teve a terra dele, praticamente, toda ela grilada. Aí eu fui lá como deputado, até cheguei de terno e gravata, em um carro preto, chapa preta da assembleia, os grileiros estavam na varanda de uma casa lá... Foi uma loucura isso o que eu fiz, foi uma loucura. Isso não se faz, mas eu fiz. Eu fui lá nos caras e falei: "Vocês tem 30 minutos para tirar a cerca de onde vocês puseram e voltar com a cerca para o local. Se vocês não fizerem isso, eu vou voltar aqui com o juiz, o promotor e o delegado e vocês todos vão ser presos, processados e vão ser condenados. Eu vou ficar aguardando". Virei as costas e fiquei na casa do Vicente Nica. Daí a pouco os caras foram lá, tiraram a cerca e puseram no local. Foi uma loucura. Uma loucura. que podia ter acontecido de tudo. Ainda voltei lá e falei com eles: "E se vocês voltarem a fazer isso, da próxima vez vai ser diferente, nós vamos chegar aqui já prendendo vocês."

CAROLINE: E como ocorreu o vínculo entre o Vicente Nica e o PT?

JOÃO: Provavelmente através da igreja católica. Eu não me lembro exatamente como, mas provavelmente através. Ele era católico, eu sei que ele participava de movimentos de base ligados à igreja, provavelmente foi isso. E como Vicente Nica era um sujeito muito inteligente, se expressava muito bem e muito combativo e ao mesmo tempo uma pessoa muito alegre, muito estima por todo mundo, nós todos achamos sinceramente, apesar de não termos um movimento de trabalhadores rurais com presença do PT, que era importante ter um trabalhador rural. Tem gente que acha que isso foi mistificação, foi um artifício. Eu não, eu acho que foi muito verdadeiro. O propósito foi muito verdadeiro. Do mesmo modo que nós tínhamos quatro operários. Um ex-padre jesuíta, que tinha sido metalúrgico, que era o Inácio Fernandes, que era o presidente do PT, o senhor Joaquim, que era um metalúrgico, que foi preso na greve de 68 e era sindicalista e continuava trabalhando como metalúrgico, apesar de velho e de cabeça branca, e era da executiva do PT. O Milton Freitas, que tinha sido da POLOP até 64, foi preso político, era um marceneiro, trabalhava... Não sei se numa fábrica ou como marceneiro avulso. E o Alcides, que também era outro marceneiro, sindicalizado, tinha sido dirigente do sindicato dos marceneiros. Nós tínhamos quatro operários na executiva do PT e um camponês. E isso não era para inglês ver, isso era verdadeiro, e achávamos que tinha que ser assim mesmo, e que tínhamos que ampliar a presença popular no diretório do PT. Embora essa fosse a minha visão e de vários outros companheiros, com o passar do tempo a coisa

virou outra, as direções do PT viraram de direções de funcionários públicos de classes médias e ponto final.

CAROLINE: Anteriormente o senhor mencionou a perseguição política à FETAEMG, você poderia dar detalhes sobre? Alguma situação, fatos?

JOÃO: Com naturais falhas de memórias, o que eu posso perceber é que a FETAEMG foi ressurgindo, de uma maneira extremamente cautelosa, porque ainda mais em Minas Gerais, com oligarquias rurais, muito presentes em representação parlamentar, famílias vindas do meio rural latifundiária, com uma forte presença no poder judiciário, forte. Eu me lembro do próprio governo do Tancredo, secretário de segurança pública, Cunha Peixoto, era de uma das famílias dos maiores latifundiários do baixo Jequitinhonha, lá em baixo, na fronteira, abaixo de Almenara, na fronteira com a Bahia. Então o latifúndio em Minas era muito poderoso no sistema judiciário de Minas Gerais. Não o latifúndio como tal, mas figuras que tem as origens social e familiar. E nas elites em Minas Gerais de um modo geral. E o movimento de trabalhador rural foi sufocado em 1964, sufocado, porque Minas foi um Estado aonde às ligas camponesas chegaram e tiveram um protagonismo, em Três Marias, e o movimento de sindicalização rural expandiu em Minas Gerais talvez com mais velocidade do que qualquer outro estado, porque Minas foi muito rápido. E o movimento de sindicalização rural, até o golpe de 64, tinha a colaboração da POLOP, tinha a colaboração do Partido Comunista Brasileiro, tinha a colaboração da Ação Popular e de militantes avulsos de esquerda, advogados de esquerda, como... Esse, que inclusive foi o Presidente da Comissão da Verdade em um primeiro momento em Minas, o Romanelli, que foi exilado político... Então havia muita colaboração desse tipo. Alas de esquerda da igreja católica... Então foi um movimento muito forte em Minas e foi muito violentamente sufocado em Minas. A história da violência contra o movimento de trabalhadores rurais em Minas precisava ser escrita.

THIAGO: É essa história que a gente está tentando fazer.

JOÃO: Porque teve um massacre, teve uma violência atroz na região de Governador Valares, e eu tive a alegria, quando Secretário de Estado da Educação e respondi... Esqueci de falar, teve um quase conflito entre a Polícia Militar e o MST, no iníciozinho de 77. Eu já era Secretário de Estado da Educação e o governador Eduardo Azeredo me chamou e falou: “Ô, você é a única pessoa do governo que entende de reforma agrária. Eu não quero violência nenhuma no meu governo. Você vai cuidar da reforma agrária para mim”. Eu bolei um sistema sem burocracia alguma, queriam até criar uma

secretaria, eu não deixei, queriam criar um conselho formal, eu não deixei, chamei o James Ladeia e formei um conselho. Botei o...

CAROLINE: Isso na década de 90?

THIAGO: 97.

JOÃO: 90.

THIAGO: É que ele falou 77, mas (trecho incompreensível).

JOÃO: E ali formamos esse conselho que foi cuidar da reforma agrária. Um dos primeiros casos foi à famosa fazenda, que eu esqueci o nome, lá em Valadares, e que virou símbolo da reforma agrária e virou símbolo da antirreforma agrária em Minas Gerais. Porque a primeira coisa que a reação fez em 64, foi ocupar essa fazenda e parece até que mataram o líder e eu depois entreguei essa fazenda para o MST, está tudo filmado. Eu fui lá e entreguei a fazenda para eles.

THIAGO: A comissão esteve lá também.

JOÃO: E fizemos isso em boa parte de Minas Gerais. Então é uma história que eu não conheço em detalhe, mas me impressionou a cautela, tanto é que havia pessoas que achavam que o André Montalvão, e era uma impressão completamente injusta, era excessivamente cauteloso. Não era que fosse excessivamente cauteloso, ele tinha dimensão exata do que era repressão contra a FETAEMG. Então naquele momento em que surge o sindicalismo dos assalariados das classes médias urbanas, médicos, engenheiros, vem a primeira greve do ABC em 78, aquele clima de distensão ampla geral e irrestrita, surgindo jornais da imprensa independente, comitê de anistia, e o próprio regime militar já fala no fim do AI-5, e a coisa da anistia entra na ordem no dia. O ano que a FETAEMG assumiu, com mais rigor, a sua identidade foi em 79. Foi ano da greve do ABC, foi o ano da anistia, foi o ano da explosão máxima da formação de sindicatos de classes média, como Sind-UTE em 79... E o André foi muito solidário ao processo da formação do PT, eu penso que ele não chegou a se filiar, mas ele foi muito solidário. E muitas pessoas ligadas à direção da FETAEMG, como Joaquim de Poté, que salvo engano, se não era Secretário-geral, era vice-presidente. Não só se filiou ao PT, ajudou a organizar o PT, como foi candidato a deputado estadual pelo PT e eu pude dar um testemunho como deputado estadual de como é que o André Montalvão era uma pessoa de coragem, combativo, não transigia e lutou para fortalecer o sindicalismo de trabalhador rural.

THIAGO: O senhor se lembra das formas de repressão específica contra os sindicatos? Intervenção, se precisava do papel do Ministério Público? Ministério do Trabalho em relação ao...

JOÃO: Não, não. Não lembro. Infelizmente eu não posso comentar, porque eu não me lembro especificamente como acontecia. Eu só me recordo, vagamente, que para se formar um sindicato do trabalhador rural, você tinha um trabalho cauteloso, de formiguinha... Primeiro convencer algumas pessoas a assumir posição na diretoria, segundo conseguir fazer o registro e ao mesmo

tempo enfrentar as pressões naturais que havia, as ameaças, com risco de perder o emprego, alguém da família perder o emprego ou sofrer algum tipo de repressão, ou uma ameaça indireta... Não era fácil, não era fácil. Era mais difícil formar um sindicato de trabalhadores rurais naquele final da década de 70 do que formar um, logo no início da década de 80, uma comissão provisória do PT. E olha que para formar uma comissão provisória do PT você tinha que buscar pessoas,, igual você busca agulha no palheiro. Que muita gente queria ajudar, mas tinha medo. Que é como se fosse os comunistas, os terroristas e tal.

CAROLINE: Então, como era o contexto pós-lei da anistia no que se refere à reforma agrária e sindicalização rural, especificamente? Você tem algum conhecimento sobre?

JOÃO: Bom, um tanto genérico, não específico, na forma de conhecimento de um caso...

CAROLINE: Qual a sua percepção sobre?

JOÃO: Mas é nitidamente um momento em que... Agora nós temos de volta as liberdades. A sensação foi tipicamente essa. Porque a lei da anistia e da explosão dos sindicatos urbanos, que logo, logo projetavam uma espécie, assim, de atmosfera de liberdade, solidariedade também ao campo, você teve também o ressurgimento da imprensa mais livre e o ressurgimento da imprensa local, e também movimento de oposição no nível local. E na ocasião o Brasil, eu diria sociologicamente, pela própria dinâmica populacional, as migrações já tinham se esgotado. Pela chegada de tudo ao mesmo em todos os lugares, a televisão, a rádio, os jornais, o jornal O Movimento chegava, o jornal De Fato chegava, o partido político chegava... Quebrou aquela carapaça dos chamados grotões, aquilo deixou de existir. E um dos fatores sociais e políticos que contribuíram para quebrar a carapaça dos grotões, onde aquele fazendeiro ligado ao... Delegado a polícia local, por sua vez ligado ao cartório da comarca, dominavam e impunham uma espécie de silêncio baseado no medo, foi quebrado,

porque a pastoral da terra chegou. A pastoral social chegou, um padre mais politizado, uma visão mais humanista também chegou. O estudante que é da terra que formou na universidade, de repente ele apareceu lá... Por exemplo, no governo de Tancredo Neves, o Tancredo colocou na secretaria do trabalho e ação social o Ronan Tito, um grande proprietário de terras e empresário da área de plantio de eucaliptos de Uberlândia, mas um sujeito de visão progressista, cristão, sujeito da esquerda católica de visão progressista. O que é que ele fez? Ele botou uma centena de militantes de esquerda, jovens que nós formamos de 75 em diante, que eram estudantes, que trabalharam no CET, trabalhavam nos jornais dos bairros e tal, começaram a se politizar, uns ligados ao PT, outros não. Ele colocou essas pessoas todas para ajudar sindicatos de trabalhadores rurais, identificar pobreza rural, desenvolver programas de atenção à pobreza. Foi uma coisa que foi muito inovadora na ocasião, apesar do governo de Tancredo Neves. Conservadores têm essas coisas, conservador liberal. E o Ronan teve uma gestão de esquerda à frente da secretaria do trabalho, isso é inegável. Ele não criou restrição ideológica a quem quer que seja, e deu todo apoio. E todos esses militantes que viraram funcionários da secretaria de estado do trabalho foram morar no interior. Vários deles escolheram Jequitinhonha, o Norte de Minas, o Mucuri ou eram de lá e resolveram voltar como funcionários, tendo uma renda, já formados, ou em sociologia. Vários, eram vários, isso não era aleatório, não eram poucas pessoas. Então isso tudo quebrou essa coisa de grotões, e daqui a pouco chega lá o PT também. Então a coisa do grotão: "Isso aqui é o meu território, é o meu domínio", uma coisa meio semifeudal, isso explodiu. Isso explodiu em questão de dois ou três anos, então mudou o panorama.

THIAGO: Ao mesmo tempo, nessa mesma época, vai ter a primeira CPI que é a questão da Ruralminas, que ao mesmo tempo se pode considerar que ela explicita que o senhor está falando, porque é uma divulgação, uma promoção na questão social, ela também reitera que a lógica no campo também tava muito ainda ligada a essa formação da composição da assembleia... Fala um pouco dessa, tanto a formação da assembleia, quanto o desenrolar dessa primeira CPI da Ruralminas?

JOÃO: Eu continuo tendo uma lacuna de memória, que apesar de você ter me passado o material, eu verdadeiramente daquele dia até hoje, eu não tive tempo algum. Que eu tive uma sucessão de cursos para diretores de escolar e de conferências que eu nunca vi, essa minha agenda eu não repito. Eu tive... Ainda tive que escrever umas coisas para divulgar na internet. Mas aí eu vou ter lacunas.

CAROLINE: É que nós gostaríamos que o senhor comentasse sobre a composição e a atuação da Assembleia Legislativa, na época, no que se refere à questão agrária, violência no campo, os conflitos mundiais. Qual a sua percepção sobre a composição da assembleia e como que se deu essa questão de CPIs?

JOÃO: A assembleia, de um modo geral, ela era muito plural. Ela tinha a esquerda, tipicamente, dois deputados, eu numa posição mais à esquerda e o Antônio Faria Lopes ligado à igreja católica, tinha sido presidente do sindicato dos bancários, tinha sido preso em 64, ligado ao MDB, mas teve méritos, por exemplo, ele foi um deputado que me apoiou muito nessa questão indígena,

mas quando eu abri uma CPI para investigar corrupção do Banco de Crédito Real, ele se somou ao governo para sufocar a CPI. Mais por uma questão de lealdade ao próprio partido e ao governo ao qual o partido deles se encontrava vinculado. É o registro crítico que eu tenho a fazer, mas no geral ele teve um bom mandato. Tinha também um ex-promotor, que já estava no segundo ou terceiro mandato, do sudoeste de Minas de uma região muito conservadora, de agricultura muito desenvolvida e pecuária muito desenvolvida, mas era uma pessoa ligada à igreja católica numa linha mais progressista, e ele sempre tomou posições junto conosco. Tinha um Clodesmidt Riani, que tinha sido presidente do CGT.

CAROLINE: Você não se lembra do nome do promotor? O sobrenome, talvez?

JOÃO: Alto, forte, olhos verdes, ele tinha um problema numa perna, mancava, ele era de... Perto de São Sebastião do Paraíso, em direção a Poços de caldas, quase na fronteira com São Paulo, a cidade dele. Eu vou lembrar daqui a pouco. E o Clodesmidt Riani, que tinha sido deputado estadual, cassado pelo golpe de 64, era ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro, tinha sido fundador e presidente dos CGT, Comando Geral dos Trabalhadores. Tinha também, no Norte de Minas, também ligado à igreja católica e com um certo fascínio pelo Darci Ribeiro, um advogado, deputado de primeiro mandato como eu, chamado José da Conceição, ligado ao MDB, mas uma pessoa sincera, que em geral desenvolveu um mandato progressista. De Itabira tinha um médico, chamado Jairo Magalhães Alves, que me acompanhava em quase todas as votações. Então nós formamos um grupo, restrito, eu estou falando aí de menos de 10 pessoas, num parlamento de 77 pessoas não é pouco, não. 10% de sete pessoas em um parlamento de 77, faz um barulho danado, e nós fizemos. A fora isso, o que você tinha era uma massa de deputados, que variava de um conservadorismo sem cultura ideológica e teórica conservadora, mas um conservadorismo comportamental e atitudinal, não raro com

sólido preconceito de classe social, alguns direitistas, que no começo eram mais extremados e depois, por razões humanas, suavizaram, como, por exemplo, o antigo comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, o coronel... José... Era o comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, ligado a Magalhães Pinto e protagonizou o golpe. Eu subi na tribuna, ele me chamava de comunista, lá do fundo, num tom provocativo. Até que com o passar do tempo, por uma razão humana, de um problema de ordem familiar que ocorreu num ambiente familiar dele, ele me procurou, daí em diante ele virou um admirador, embora pensássemos de modo oposto. Mas tinha também um extremista, e que fazia um papel de um certo histrionismo midiático, cujo reacionarismo beirava o histrionismo e a histeria, que era o Ciro Costa, de Salinas. Que depois foi deputado durante muito tempo, e depois foi para o Tribunal de Conta do Estado. Toda essa trajetória das elites oligárquicas, que ocupam posições no aparelho de poder e de governo e que vão transitando de cargo em cargo e vão acumulando benesses esse tipo de coisa. Ocupar conselhos de empresas públicas, ocupar tribunais de contas, que infelizmente boa parte da esquerda seguiu o mesmo caminho. Eu não, eu não, eu vivo do meu trabalho, sempre vivi do meu trabalho. Muita gente embarcou nisso e até hoje está nisso aí. Então essa era a composição. Eles não tinham nenhuma liderança política proeminente que pudesse mostrar no campo do governo, que era amplo dominante, uma orientação minimamente independente do governo. Ao contrário, o que surgiu foi um núcleo de dissidência ao Tancredo, formado por um grupo de seis a oito deputados, que se caracterizavam pelo mais baixo oportunismo, tipo o Kenico Maia, de Teófilo Otoni, um outro evangélico que era dono de postos de gasolina em Belo Horizonte, o Paulo Almada. O João Barbosa, ligado ao Milton Cardoso, que era uma figura verdadeiramente desprezível sob qualquer aspecto, e mais uns três ou quatro que formavam um grupo de oposição ao governo para tentar chantagear e arrancar benefícios privados do próprio governo. Claro que na oposição eu usei muitas vezes uma tática de obter um apoio deles para conseguir derrotar o governo. Você conseguia derrotar o governo. Ah. Nesse grupo que você pode chamar de Mais Progressista também tinha um... Médico? Um médico chamado José Maria Chaves, lá de Poços de Caldas. Uma figura humana muito atormentada, existencialmente muito atormentada, com bons valores, uma família excelente, eu era amigo da família dele e ele fez, no limite das possibilidades dele, como membro do partido do governo, mas sempre ele teve posições muito elogiáveis. Então nós chegávamos talvez a 10, então não era um parlamento tão ruim. Agora, como eu era

um parlamentar muito protagonista, eu conseguia criar vida política e debates no dia a dia da vida da assembleia.

THIAGO: Isso o senhor considera para os dois mandados?

JOÃO: Eu tive um mandato... Em 85 eu sai do PT, então eu perdi toda a minha base, digamos histórica de apoio eleitoral, e fui criar uma outra base. E embora o Hélio Garcia, então governador, fosse amigo da minha família e tenha me chamado para um jantar no palácio das mangabeiras junto com Célio de Castro, que depois veio a ser prefeito de Belo Horizonte e tudo mais, nessa conversa o Hélio Garcia falou: “Olha, até onde eu sei, hoje, você que é candidato a deputado federal, quer ir para a constituinte e é o político mais preparado que Minas Gerais tem, e seria muito importante que você fosse, você tem menos de 40 mil votos, você vai precisar de

pelo menos 60 mil votos para se eleger. Você nunca me pediu nada, absolutamente nada, nem para asfaltar estrada na minha terra eu pedi, nada. Nada. Não tem nenhum nome nomeado, não tem absolutamente nada”. Embora, depois que eu deixei o PT, muitos do PT me caluniaram, dizendo até que eu tive benefícios materiais, depois deve ter tido um pouquinho de vergonha na cara, mas não vieram me pedir perdão, não, nenhum deles. Eu sei um por um quem. E então ele me disse: “Olha, eu tenho como te ajudar” tirou um papelzinho do bolso e falou assim: “Olha, Montes Claros, José da Conceição, está querendo ir para a federal, já conversei, vai para a estadual, o Mário Ribeiro, o irmão do Darci Ribeiro, que é seu amigo” falou pra mim “É seu amigo”, era meu colega, tinha sido meu... Enfim, Mario Ribeiro era um companheiro. “Você vai ser o federal lá no José da Conceição, da esquerda do PMDB, o estadual, e o Mario Ribeiro vai coordenar a campanha de vocês lá, vocês vão ter muito voto. O Jairo, a mulher dele, a Sônia, falou que não abre mão, ele tem que ser estadual reeleito junto com você. Que Itabira está aberta, ele vai entrar com você em Santa Barbara”, sabia tudo. E tal e tal... “Você vai ter 140 mil votos. Você vai ser um dos deputados mais votados de Minas Gerais. Eu não te peço nada, só te peço uma coisa, nessa eleição para governador, Milton Cardoso e...” Quem era? “Itamar Franco, fica neutro, eu sei que o Milton Cardoso não... Você não vai apoiar”. E Milton Cardoso me procurou: “Oh, Mares Guia, se você me apoiasse, se você me apoiasse ou pelo menos não apoiasse o Itamar, eu te garanto 50 mil votos em Contagem”, eu falei: “Oh, Milton, dá os 50 mil votos para outro”, ponto. Você vê como é fácil o sujeito não ter caráter né. Eu falei: “Não, oh governador, eu já estou na campanha do Itamar franco e sou da coordenação da campanha do Itamar Franco”, o Hélio ainda falou assim: “Você devia fazer como só Celinho, Célio de Castro. Celinho vai

ficar neutro, o PCdoB, vai apoiá-lo, ele vai ter a televisão do PCdoB, mas não vai apoiar nem Itamar e nem o Milton Cardoso”. Eu não falei nada, o Célio ficou mudo. Está gravando isso aí?

THIAGO: (Trecho incompreensível).

JOÃO: Essa foi a conversa. Resultado, no dia seguinte o Palácio da Liberdade destruiu a minha candidatura, na minha terra eles puseram dois candidatos a deputado federal. Em Barão de Cocais e tal, e tal...

THIAGO: E aí acabou a sua carreira legislativa?

JOÃO: Perdi a eleição, aí acabou a minha carreira legislativa. Aí eu... Isso era 1986, 87 eu voltei a dar aula em pré-vestibular e tal. Em 89 eu assumi, dia 1º de janeiro, como Secretário Municipal de Educação em Contagem. Até hoje todo mundo fala que foi um trabalho verdadeiramente revolucionário, todo mundo.

THIAGO: Aí no PMDB ainda (trecho incompreensível)?

JOÃO: Não, eu tinha entrado no PSDB. Entrei na fundação do PSDB e fiquei seis anos como secretário lá em Contagem, quatro de educação, que na ocasião eu construí 53 escolas de 14 salas cada uma, botei 56 mil alunos na rede municipal, além dos 23 que havia. Afora o salário que foi o maior em Minas Gerais e a qualidade reconhecida no Brasil inteiro, Contagem virou referência.

CAROLINE: Considerando que o senhor chegou em 89, que é muito importante a gente entender sua trajetória na política institucional do Estado, a gente gostaria de prosseguir com algumas perguntas.

JOÃO: Tá ok.

CAROLINE: O senhor focasse na questão agrária e na CPI, que talvez possa te trazer alguma memória sobre aquele tempo. Diante, claro, da sua trajetória. A gente agradece por ter explicado, tanto o contexto de sindicalização, política também, de movimento estudantil. A gente gostaria de então de prosseguir com as perguntas.

JOÃO: Ta ok.

THIAGO: A gente vai tentar forçar um pouco nessa coisa da Ruralminas, depois a gente vai falar da outra CPI, que são dois grandes focos assim que até nos interessou te convidar para falar sobre isso. Alguma providência foi tomada por parte do poder público após as conclusões da CPI da Ruralminas sobre irregularidades praticadas? Seja em relação à organização e atuação da instituição, seja em relação ao ex-diretor geral, Moacir Lopes, o senhor chega a ter essa memória?

CAROLINE: Considerando que a CPI foi instalada para apurar irregularidades durante a gestão do Moacir Lopes e durante toda a sua existência, e apurou denúncias de empreguismos, alienação irregular de terras, nepotismos...

JOÃO: Não havia em Minas Gerais quem não soubesse que o Moacir Lopes era o que ele era. Um bandido, absolutamente inescrupulosos. Só que é um sujeito que teve um poder político, teve mandados, irradiou influência, participou de alianças políticas e foi contemplado, premiado como presidente da Ruralminas. Tudo que a CPI denunciou contra o Moacir Lopes, não só denunciou como encontrou evidências, encontrou comprovação, inclusive vários testemunhos, e o Moacir Lopes foi protegido pelo Estado político, dos grupos políticos dominantes de Minas Gerais. Que era uma era ainda de impunidade, o Ministério Público não tinha poder algum, e ao mesmo tempo em grande medida o Ministério Público, de certo modo, coabitado ou silenciado. O poder judiciário entrava numa situação como essa, desde que em sintonia com o Palácio da Liberdade. E o Tancredo Neves, com o conservadorismo liberal clássico, típico dele, e uma pessoa que deu demonstrações ao longo da vida, de muita coerência, apoiou Getúlio até o final, não apoiou o golpe de 64, foi solidário a Juscelino, foi ao túmulo de Getúlio, foi ao enterro de Goulart, ficou na oposição, mas dividiu a oposição para fazer um acordo de transição ultraconservadora e a mais prolongada que nós tivemos, razão pela qual foi uma transição sem reformismo, devido a hegemonia que o conservadorismo conseguiu nessa longa transição, mas esse é o Tancredo. Ele não traiu ninguém, ele sempre foi leal a si próprio, ao que ele pensava, mas era o homem das elites, era o homem de fazer a conciliação das elites, e faz parte desse jogo da conciliação das elites achar que a política tem uma vida própria e independentemente de valores e inclusive éticos. O Tancredo pessoalmente cobrava de si próprio fidelidade a valores, mas ele tolerava que no mundo da política, e especialmente no campo das alianças, esse tipo de coisa pudesse passar como se fosse um pecado venial.

CAROLINE: E isso refletiu na Ruralminas?

JOÃO: Refletiu no modo como o Moacir Lopes, embora afastado. Ele não foi punido judicialmente, ele não foi condenado, não foi preso, abafaram aquela coisa toda e, até onde eu sei, ele não teve bens materiais sequestrados, para repor o enorme prejuízo que ele e tantos outros deram à Ruralminas.

THIAGO: Na CPI da Ruralminas acontece essa redução ao Moacir Lopes, ela começa com uma CPI mais ampla, mas parece que a própria dinâmica dos trabalhos, das discussões, só a gestão dele que passa a ser mais questionada, inclusive vários

testemunhos vão lá e ficam defendendo durante horas a Ruralminas, como é que o senhor (trecho incompreensível)

JOÃO: Aí uma coisa importante de vocês levarem em conta, isso aí eu aprendi. A Ruralminas, como uma instituição técnica, ela havia reunido sobre o influxo intelectual de um grupo de acadêmicos na Federal de Lavras e de Viçosa, liderados pelo Paulo Nélio, que foi o principal arquiteto da chamada Revolução Verde ou capitalismo pelo alto de alta tecnologia e inserido na economia internacional, com os grandes experimentos que vêm do mundo da ciência de dentro das universidades para o campo. Exemplos, o café do cerrado, o trigo do cerrado, o milho híbrido, o aumento de produtividade e vários produtos agrícolas e etc. Isso tudo se deve à liderança do Alysson Paulinelli e uma geração de estudiosos pesquisadores e técnico de gestão pública que ele liderou e é nesse escopo que você tem a institucionalização, a formação da Ruralminas. Uma coisa era o banditismo de Moacir Lopes e de três ou quatro que ele tenha levado para dentro da Ruralminas, formando o grupo dele. A outra coisa era a cultura da institucional, da instituição e o profissionalismo técnico e tecnológico da Ruralminas, que era impecável. Eu não sei apontar nenhum problema de ordem delitiva da Ruralminas, antes e nem depois. Aliás depois eu posso dar um testemunho, que quando o governador Eduardo Azeredo me convocou para organizar o assunto da reforma agrária em Minas Gerais, uma das primeiras pessoas que eu procurei foi o Alysson Paulinelli, que tinha sido ministro, tinha sido escolhido pela revista Time como um dos 100 homens, uma das 100 personalidades mais influentes do mundo e ele era o secretário de agricultura de Minas Gerais. Ele me disse assim: “Eu não acredito em reforma agrária, mas eu sou leal. Se é uma política que o governador quer implantar, você terá de mim todo apoio que eu puder dar, exceto o aplauso ou entusiasmo. O que é que você precisa?” Aí eu falei o que eu precisava, o apoio técnico e material da Ruralminas. Olha, foi total. Total, ao ponto de se criar uma relação amistosa, fraterna entre a Ruralminas e o pessoal da reforma agrária. Você pode conversar com os líderes do MST em Minas na ocasião, os líderes da FETAEMG, as pessoas que foram beneficiadas nos assentamentos de reforma agrária, com aquele grupo do Triângulo Mineiro que foi uma dissidência do MST, muito ligado a um frei, que por sinal grande amigo meu, é o Frei Peré. Todos eles vão fazer elogios à Ruralminas, porque tudo com o que ela se comprometeu ela cumpriu em apoio à reforma agrária. Tudo. Absolutamente tudo, do ponto de vista de desenvolver projeto para viabilizar um projeto de reforma agrária, dar suporte técnico e inclusive às vezes com equipamentos. Eu não tenho queixa da Ruralminas do período em que eu fui, como se

fosse um secretário estadual da reforma agrária. Agora, após o meu mandado, eu já não tive mais como acompanhar...

THIAGO: Mas e antes do seu mandado nos anos 80?

JOÃO: Antes do meu mandado eu não... Não chegou a mim nenhuma queixa, que olhando para trás você pudesse identificar corrupção, aliás uma coisa que é importante a gente entender. Olha bem, o Israel Pinheiro era acusado, do antigo PSD, pela UDN, de ser um ladrão. Israel Pinheiro morreu como classe média, tinha um apartamento perto do Minas Tênis Clube, uma cerâmica falida em Caeté. Falaram que o Juscelino era ladrão, Juscelino precisou de amigos aqui de Belo Horizonte mandarem dinheiro para ele quando ele estava no exílio em Portugal. Eu sei que uma dessas pessoas, o filho de uma dessas pessoas é meu cunhado e o pai mandava dinheiro, o Doutor Milton, para ajudar o Juscelino no exterior. Então havia muito esse tipo de coisa. Essas elites políticas mais conservadoras, tipo o Milton Campos, tipo Tancredo, esses políticos, essas pessoas tinham vida de classe média, eles tinham vida sóbria. Essas coisas que hoje a gente vê, não é que não acontecesse, nas campanhas eleitorais podiam ter essas tais ajudas do que seria lá o embrião do caixa dois, mas não eram pessoas venais, não eram pessoas trapaceira, não eram pessoas de usar o serviço público, o bem público, com finalidades corporativas ou privadas, ou de outra ordem, cometendo, em continuidade, delitos.

THIAGO: Mas pensa por um minuto só...

JOÃO: Não é que não havia, mas na Ruralminas...

THIAGO: Pensa, por exemplo, os contratos que a Ruralminas faz para criação do projeto Jaíba e os contratos que a Ruralminas faz pra criação das áreas florestais também no Norte de Minas, essas coisas de plantar eucalipto, são todos contratos muito grande, inclusive é o próprio senhor questiona na CPI qual contrapartida de colonização, de beneficiamento do trabalhador rural que aquelas políticas trariam. E olhando um outro tipo de documentação, você percebe que você tem na verdade uma espécie de proletarização da classe rural ali, que cada vez mais vai se organizar, vários acidentes começam a acontecer, aqueles acidentes com caminhões com dezenas de pessoas. Como é que você analisa essa estratégia? Tirando a coisa da corrupção...

JOÃO: Isso você tem razão.

THIAGO: Essa estratégia política da...

JOÃO: Isso você tem razão. Qual era a visão predominante no tempo final da Ditadura e que continuou predominante na redemocratização e até hoje? A solução, para o campo é o capitalismo moderno de alta tecnologia de altos insumos, com altos investimentos e

concentração da terra pelo alto para prover o mercado interno e prover o mercado externo. O início da mudança nisso... Mudança não, início de um recorte que conseguiu entrar com um enclave, vendo economia familiar, começou no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso quando foi criado o PRONAF. Os governos Lula tiveram mérito de multiplicar o PRONAF por três ou por quatro, mas tiveram o demérito de matar a memória de que o PRONAF foi criado no período do Fernando Henrique Cardoso. Então os meus amigos do PT reconstruíram a história como se antes deles não houvesse história. Mas a cunha que foi enfiada nisso aí, foi o PRONAF criado no período

FHC e continuado e ampliado com justíssima razão, e deve ampliar mais ainda nos governos que...

THIAGO: Mas pensando nos anos 80, como é que o senhor reflete sobre esse processo?

JOÃO: Nos anos 80 não havia no mundo ideológico e, inclusive no mundo acadêmico que estudava o agro, essa visão que hoje está consolidada no país, o peso específico fundamental e estratégico, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista societário, de uma sociedade mais coesa, mais integrada, mais inclusiva, que é o papel da economia familiar. O discurso amplo geral, inclusive no mundo acadêmico, não que desejasse isso, era de quê? A solução é a chamada via alemã, a via prussiana do capitalismo pelo alto, de alta concentração de terras, com alta concentração de capital, inclusive com internacionalização do capital e o uso dos insumos das grandes empresas multinacionais de alta tecnologia e aumentar a produtividades. As pessoas que fizeram isso, não fizeram isso demônicamente como se fosse uma trama, era isso em que eles acreditavam. O Paulinelli, que era um homem simples, não era um homem rico, ele tem uma fazenda aqui em Baldim, ele vive dela e uma aposentadoria, um homem simples.

THIAGO: Alysson Paulinelli?

JOÃO: Alysson Paulinelli. É um homem simples, de uma integridade a toda prova, ele acreditava completamente que a ciência, através da transposição tecnológica, promoveria uma revolução verde, seria suficiente para alimentar o país e exportar, trazendo receita para o país, era a visão ideológica de mundo que ele tinha. Ele não tinha essa visão que hoje nós temos. E de um modo geral isso passou para a sociedade. Todos os agrônomos, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, técnicos com atuação no campo, foram formados dentro dessa visão americana, americana do agro revolucionado pela ciência, pela tecnologia e com os insumos industriais. A Ruralminas tinha todo o seu corpo técnico originário dado à Universidade Federal de Viçosa, da

Universidade Federal de Lavras, que eram as duas grandes expressões dessa visão do capitalismo no campo. Quase todos eles, inclusive se não tinha o doutorado lá, tinham um pós-doutorado no exterior, era a visão que eles tinham na época. Eles agiram coerentemente e sinceramente de acordo com a visão de mundo que eles tinham. Para eles, o processo de penetração acelerada do capitalismo e de proletarização do trabalhador rural é como se fosse, há um tempo inexorável, desejável e um fator de desenvolvimento, que supostamente ao terminar com a pequena produção rural sazonal, onde as pessoas eram, em certa etapa do ano, produtor autossuficiente e em certa etapa, em função de sazonalidade de produtos, era assalariado eventual, que isso, ao contrário, geraria uma oportunidade de renda permanente. Era visão inclusiva que eles tinham de um capitalismo pelo alto. Então eles eram sinceros, isso não era uma coisa conspiratória para destruir o outro, era uma visão conservadora.

THIAGO: Mas o que a gente assiste nos anos 80 em Minas é a explosão desses conflitos que vai nos levar a segunda CPI.

JOÃO: Na medida em que você começa a promover uma concentração da propriedade da terra, aí vem à coisa perversa, essa concentração da propriedade da terra, quase sempre ela não se deu modo civilizado ou de acordo com a legalidade estabelecida, frequentemente se deu através de mecanismos de grilagem. E aí vem uma coisa muito curiosa, quando a Acesita, cria a Acesita florestal e elege o Jequitinhonha, aqueles chapadões para plantar o eucalipto, a teoria que eles desenvolveram, que em parte tecnicamente é verdadeira só que falta a outra parte que eles nunca responderam por ela, é... Nós todos conhecemos os chapadões, eu já andei quilômetros de Chapadão. Chapadão tá no topo, a cota é tão alta que para você jogar água ali em cima, o custo da energia inviabiliza qualquer projeto, em qualquer época, completamente inviável. Segundo, a água penetra com muita rapidez, que o solo é todo esponjoso e arenoso, ela drena com muita facilidade. Terceiro, tem também a evaporação. Então os custos de produção

diversificada no chapadão, seriam tão altos que inviabilizariam, por comparação, qualquer negócio. Chegou-se à conclusão que o que viável ali é o eucalipto. Eu não tenho nada contra o eucalipto no chapadão, a minha crítica ao que se fez ali e tem gente que eu não vou citar nome de esquerda que defendeu isso, e inclusive fez isso via Acesita Florestal, mas fizeram isso não malevolamente, acreditavam que esse era o caminho, enfim, ou que estavam racionalizando o seu próprio papel, seja como for o que fizeram, o que fizeram foi um processo, aí sim, de devastação, de ocupação única com

um único modelo do território, que o Jequitinhonha é muito bem servido de água, e você poderia perfeitamente bem compatibilizar maciços florestais lá nos chapadões com estímulo à agricultura familiar nos vales, que são vales irrigados, vales drenados, onde tem muita água. Então na verdade o que houve foi uma grande expulsão, tipo capítulo 28 do 1º volume d'O Capital de Marx, acumulação primitiva do capital. O que se fez em nome do capitalismo moderno no Brasil e em Minas Gerais foi um processo rápido, no final da Ditadura e na redemocratização de acumulação primitiva de capital, bestial, concurso humano altíssimo. Isso não tem a menor dúvida. A Ruralminas não foi um instrumento na esfera técnica disso? Foi. Agora isso não autoriza demonizar as pessoas que estavam lá, que acreditavam nisso, tiveram uma formação acadêmica e técnica, e acreditavam que estavam produzindo um bem. O problema é que a consciência que todos nós temos hoje, eu, por exemplo, na época não tinha essa consciência. O papel específico estratégico na sociedade brasileira, não estou falando só na dimensão econômica de ser a principal provedora dos alimentos que estão na nossa mesa, mas o papel de coesão social, o papel de consolidação da democracia no Brasil, o papel de inclusão das classes populares, eu não tinha essa visão.

THIAGO: A intervenção do senhor lá é a favor de que deveria ter uma política maior de colonização na verdade, muito mais em dialogo como uma reforma agrária do que um projeto, do que com a defesa de um grande projeto agroindustrial que foi o distrito industrial de Jaíba que eles criaram. Eu acho que na época até o senhor tinha uma posição mais crítica desse processo?

JOÃO: É o caso da Jaíba, na verdade, ele passou por algumas modificações que eu não saberia dizer se são deformações. No primeiro momento, como era um investimento altíssimo, altíssimo, qual era a visão da Ruralminas e a visão, por assim dizer, não do capitalismo pelo alto, mas uma visão mais das tecnocracias? Se você cria, naquele sertão, um polo de agricultura irrigada e o modelo é Israel, um polo de agricultura irrigada com o limite de propriedade, salvo engano, de cinco hectares, você vai formar uma classe média rural capitalista empreendedora que poderá inclusive contratar trabalho assalariado, observados todas as legislações pertinentes trabalhistas com o poder de radiação para romper a fronteira de latifúndio predador e da produção de carvão. A visão era mais ou menos essa, o idílio. Com o passar do tempo, o custo muito alto, na verdade você teve alguns produtores que foram muito bem-sucedidos, outros que não, e foi se dando ali um processo de reconcentração, um cobrando do outro, tinha uma intervenção regulatória até que a Ruralminas mudou o modelo. Passou admitir a coabitação. Aí já foi

na época... Um pouco induzida pelo Proálcool... A coabitação dos módulos de cinco hectares com alguns módulos maiores, até que permitiu-se a um grupo de São Paulo, não sei se é um grupo internacional, chamado grupo OMETO.

THIAGO: Sim, é isso mesmo.

JOÃO: O grupo OMETO, é uma propriedade, salvo engano, de 20.000 ou 30.000 hectares, uma coisa assim, e outro...

THIAGO: O total é 32 mil hectares.

JOÃO: 32, né?

THIAGO: 17 que a Ruralminas concedeu e os outros 17, teoricamente, eles iam comprar, mas parece que eles nunca pagaram, aliás esse acordo nunca chegou realmente ao final.

JOÃO: Então eles iriam produzir cana para produzir álcool, essas coisas megalomaniacas (do Brasil e o resultado é que houve aí uma segunda natureza do projeto Jaíba.

CAROLINE: Pois é. É no relatório...

JOÃO: Só um minutinho. Era mais para ser um polo de fruticultura e parece que de produção de alimentos. Com o passar do tempo ficou fruticultura e com o passar do tempo ficou quase que um polo de fruticultura mono. Hoje predomina a banana e tem um pouquinho de acerola que os japoneses estão plantando lá agora. E, agora, muita criação de peixe também. Eu não vou lá tem uns dois anos, mas a última vez que eu vi me impressionou. É muita banana, as 300 famílias japonesas introduziram a acerola, por sinal muito bem-sucedidos e uma rede de supermercado que vendeu a rede, está investindo tudo lá para produzir Tilápia, para exportar carne de Tilápia e o couro da Tilápia, é o que eles estão produzindo lá hoje.

CAROLINE: Pois é. No relatório da CPI da Ruralminas, relatório final, é descrito o processo de formação da Ruralminas, né, durante o governo Israel Pinheiro, em 66, com a simultânea implantação do projeto Noroeste e continuação do projeto Mocambinho que se transformando no projeto Jaíba. Segundo consta no texto, ela foi criada para atuar como agente estadual de desenvolvimento, isso durante o governo Israel Pinheiro, e pretendia o governo induzir o desenvolvimento de regiões do Estado, como Noroeste, Vale do Jequitinhonha e enfim. Há afirmação de que os governos que se sucederam do Israel Pinheiro descaracterizaram o sentido da Ruralminas, como no caso o projeto Jaíba. Diante disso, o que você falou sobre a questão dos programas implantados, a gente gostaria de ouvir de você sobre essa percepção da trajetória da Ruralminas na política fundiária, agrícola de colonização nesses governos em Minas Gerais, a partir de Israel

Pinheiro, lembrando que a Ruralminas acompanhou a implantação de projetos, né, comprovados, essa Proálcool...

JOÃO: Olha, eu vou falar mais por hipótese, não com eu vejo.

CAROLINA: A sua percepção como atuação, o envolvimento.

JOÃO: O Israel Pinheiro e a elite tecnocrática que governou com ele em Minas Gerais, isso tem uma história. Israel Pinheiro vem da revolução de 30, então já é de uma tradição, por assim dizer, mesmo vindo de oligarquia política, mas uma tradição... Autoritário, modernizante, segundo a qual o Estado no Brasil tem um papel absolutamente central na promoção da modernização e do desenvolvimento. É ele quem implanta as instâncias hidrominerais, na década de 30, sob Getúlio,

depois ele tem um papel na formação da CSN, Companhia Siderurgia Nacional. A continuação ele tem um papel, em Minas, na formação da Cemig. E, como governador, ele faz uma mudança de qualidade e de cultura de gestão estatal completamente radical. Ele, em quatro anos, sob o governo da Ditadura, mas com muito recurso federal, ele cria o banco de desenvolvimento de Minas Gerais para induzir a industrialização e a diversificação, modelo, modelo. Ele cria a companhia de Distritos Industriais para induzir a interiorização da industrialização. Ele cria a fundação João Pinheiro. Toda essa estrutura modernizante do aparelho de Estado, no tempo da Ditadura, lembra que eu falei da transição de 68 que nós da esquerda não percebemos? Eles já tinham percebido que estava ocorrendo uma mudança no capitalismo no Brasil, trataram de formara uma superestrutura de agentes formadores de uma tecnocracia pública para governar a gestão do capitalismo. Isso é sumamente interessante, do ponto de vista de uma análise sociológica, porque é uma visão idealista de uma elite que se coloca acima dos conflitos de classe e acima do próprio capitalismo para em nome de uma autonomia quase soberana do aparelho de Estado, gerido de uma maneira supostamente racional e técnica, o desenvolvimento. Isso é muito próprio do autoritarismo, mas tem uma raiz também no getulismo e no nacional desenvolvimentismo da década de 50 e começo de 60, é isso que inspirou. Não é por acaso que mais ou menos a metade dos componentes da tecnocracia que se formou sob Israel Pinheiro eram de pessoas de esquerda que, de

alguma maneira, viram um papel, a partir do aparelho de Estado, de promotor do desenvolvimento e do crescimento ao mesmo tempo, apesar da Ditadura. São as coisas da sociedade brasileira. Porque idealismo? Tô trabalhando com uma hipótese, porque uma coisa é o mundo ideal, a outra coisa é o capitalismo real. O capitalismo real, ele quer, de alguma maneira, se apropriar do aparelho de Estado, mas ele tem uma dinâmica própria de fazer o mercado acontecer e ampliação do capital acontecer, fazer os negócios acontecer. Essa tecnocracia não enxergou isso. Então uma coisa era a idealização de uma gestão do capitalismo, a outra coisa é o capitalismo propriamente, tal, penetrando. Na hora que ele penetra, ele não vai penetrar segundo o modelo idealizado pela tecnocracia, ele vai penetrar segundo a lógica do interesse possessivo, a lógica do interesse possessivo. Se tiver que grilar, ele vai grilar. Se tiver que elencar massas na pobreza. Ele vai lançar como fez.

THIAGO: Pois é, Mares Guia. E aí chega na segunda CPI, que parece uma espécie de contraponto daquilo que você falou. Que a primeira CPI, ela pega todo esse projeto tecnocrata de desenvolvimento centralizadora da Ditadura e a segunda CPI mostra os limites desse processo.

Gostaria... E você é o requerente dessa CPI, gostaria que você falasse bastante dessa CPI.

CAROLINE: Sobre a violência no campo né, foi instaurada em 1986, dois anos após a CPI da Ruralminas e ela tinha um propósito que envolveria investigação, exame das formas de intervenção e ação do poder público no meio rural em Minas Gerais, considerando política fundiária, colonização em agrícola, atuação da polícia, atuação do poder judiciário, da polícia e da justiça em cada caso de crime e uma lista de casos, segundo consta no seu próprio requerimento.

THIAGO: E que já no requerimento são somados casos né.

JOÃO: Quanto a isso, eu não tenho a menor dúvida. O que eles promoveram? Promoveram uma modernização conservadora pelo alto que teve um altíssimo custo social.

THIAGO: E como que chegou ao senhor essas denúncias de morte, assim, isso foi uma solicitação da FETAEMG, foi uma percepção sua mesmo?

JOÃO: Não.

THIAGO: Você lembra de como que começou essa CPI, por exemplo, você pegou: “Eu vou fazer a CPI”...

JOÃO: Eu vou te falar o seguinte, tinha muita da minha sensibilidade para isso né, pelas razões que eu já apresentei a vocês como é que eu cheguei à questão do campo. Mas de

repente o meu gabinete começou a ser uma espécie, assim, de meca dos deserdados, dos oprimidos, dos perseguidos, tudo ia para o meu gabinete. Tudo, tudo, sem exceção. E nós tínhamos que dar respostas. Era uma loucura. Eu não sei como é que foi a minha vida pessoal. Eu, obviamente, eu sacrifiquei muito a Virgínia e os meninos, porque... Fim de semana era no campo, era na porta da fábrica. Onde tava o problema eu tava lá, eu tinha que estar lá. Porque o que eu imaginava? Se não estou lá, pelo menos para inibir. Se a polícia entra e tem um conflito, vai matar um trabalhador, vai matar... Então eu ia, eu ia mesmo. Você não tinha o que nós temos hoje, os movimentos sociais organizados. Você não tinha nada disso, não tinha. Você tinha tudo em estágio embrionário. Então era muito complicado e isso transformava o nosso mandato em algo um pouco heroico. É por isso que eu tinha uma quase onipresença à um preço pessoal muito alto, familiar muito alto, de estar em todos os lugares quase que ao mesmo tempo. É o que tinha que ser feito. E as demandas vinham ao gabinete e eu não conseguia, comigo mesmo, racionalizar. Não dá. Eu tinha que dar um jeito de ir lá. E eu não aceitava ter um relato, ter o debate, ir para plenário e fazer um discurso como se o assunto tivesse resolvido. Eu sabia da importância da minha presença no local, que isso tinha influência, que isso criava uma inibição, que isso ia ter repercussão na assembleia, que isso ia chegar no ouvido do governador do estado, que isso aí chegar na imprensa. Então a presença do deputado do PT passou a significar isso. Realmente passou a significar... Eu ia às coisas. E aí forma-se uma teia de confiança em relação ao deputado. Ou vinha a demanda via FETAEMG, filtrada, positivamente ou vinha diretamente da igreja, eu tinha muito relacionamento com a igreja, ou vinha diretamente ao gabinete, dos mais variados modos. E acontecia inclusive o seguinte, muito curioso, os próprios deputados me procuravam para ajudá-los. Dou um exemplo, ocorreu uma greve na Zona da Mata, no município próximo de Ubá, entre Ubá e Viçosa... Visconde do Rio Branco, lá tinha um grande proprietário de terras chamado Bouchardê, um sujeito degenerado, alcoólatra, que praticava uma semiescavidão, pagava muito mal, atrasava pagamento, uma empresa pendura no BDMG, favores do estado, tecnologia baixíssima, investimento quase nenhum e os trabalhadores fizeram uma greve e ele chamou a polícia. O meu colega, Deputado Lima, me pediu ajuda: “João batista, eu não sei como fazer”, eu falei: “Vamos embora para lá”. Era um sexta-feira, eu fui de noite para lá, passei o final de semana lá. Fui para dentro do canavial, fizemos assembleia no meio do canavial. O negócio estava radicalizado, tocaram fogo no canavial e tal e tal. E eu fui lá na casa, tive uma discussão desagradabilíssima com ele, forçamos a barra. Resultado, moral da

história, eu tive que ficar lá durante quase uns quatro ou cinco dias e conseguimos fazer uma negociação no final que pôs fim à greve e o pessoal ganhou pelo menos parte substancial do que queria. Então a minha vida era assim, os próprios deputados me demandavam para ajudar a resolver o problema, e prefeitos também. A coisa dos índios, o prefeito de Resplendor, que era um sujeito fazendeiro, conservador, mas que tinha uma certa sensibilidade. E o fato do sujeito ser político ajuda, porque o cara quer voto e ele não quer ficar marcado como sujeito responsável pela morte do índio, pela guerra do fazendeiro com o índio, ele quer transcender um pouco isso. Isso é curioso, a condição humana é curioso. O cara virou meu fã, e era um tremendo dum conservador, um tremendo dum conservador. Eu falei: “Sua terra é dos índios e isso (trecho incompreensível).” Conseguimos. Então tinha prefeito, tinha deputado, tinha empresário que me procurava, mas tinha os sindicatos, então passei a ser procurado por todo mundo.

CAROLINE: Você se lembra do processo, do desfecho, da CPI da violência do campo, se ela foi concluída?

JOÃO: Não, eu teria que reestudar isso. Hoje, de memória, eu não saberia dizer. O que eu posso dizer para vocês é o seguinte, o que vocês estão registrando é o que aconteceu. Esse processo

do capitalismo modernizador, que foi de certo modo vanguarda Minas Gerais no país, que aqui estavam as duas dentro das principais universidades polos de inovação tecnológica, onde primeiro se formou a primeira grande elite gestora do capitalismo no campo, onde se desenvolveu um modelo de penetração capitalista no campo, idealizado por uma tecnocracia, mas na prática, na hora de isso acontecer, quem foram os portadores disso? Os portadores disso, além de empresas privadas, organizadas empresarialmente, foram alianças com fazendeiros, que usavam de todos os recursos velhos e novos, da grilagem fraudulenta, do ataque a trabalhador, do ataque a sindicato, da contratação de pistoleiro para matar líder sindical, como fizeram com Eloy, da desapropriação de famílias de posseiros que não tinha como comprovar a propriedade da terra, mas eles muito menos. Isso tudo, ou seja, o processo da cumulação primitiva

violenta do capital, aconteceu em Minas Gerais em nome do capitalismo avançado. O processo humano de acumulação e de modernização passou pela via da acumulação primitiva de capital. Contra índios, contra trabalhadores rurais, contra camponeses, contra agricultura familiar. Isso inquestionavelmente aconteceu. Agora, eu não vou dizer para vocês que eu fiz tudo que podia fazer no limite das minhas possibilidades. Eu acho que eu fiz bem o meu papel. Poderia ter feito mais? Provavelmente, se tivesse a clareza que eu tenho hoje, mais informações e se fossemos mais pessoas envolvidas. Verdadeiramente éramos muito pouco para lidar com isso, éramos muito pouco... Agora eu não sei, na sequência, o que aconteceu depois. Na legislatura posterior a minha, o que é que aconteceu depois. Aí eu já não tenho mais informações.

CAROLINE: Bom, nós vamos seguir para as últimas perguntas. Na CPI da violência no campo, o senhor destaca a violência institucional contra trabalhadores rurais. Claro que (trecho incompreensível) atos, omissões dos poderes públicos de qualquer espécie, menos o senhor, seja federal, estadual, municipal, seja pelo poder executivo, pelo judiciário.

JOÃO: Não tenho dúvida.

CAROLINE: Qualquer espécie de poder. Qual a sua percepção sobre a apuração, julgamento de crimes cometido contra trabalhadores rurais ou sobre essa violência (trecho incompreensível)?

JOÃO: Omissão total. Silêncio de sepulcro. Isso não era agenda do poder judiciário, não era agenda de inquérito policial, não era agenda de Ministério Público, não era agenda de instituição política, não era agenda de governo. O trabalhador rural era um invisível, um invisível, ainda mais no trabalho mais combativo que estava militando em sindicato ou alguma coisa do gênero, esse tinha que ser o invisível. É um visível desconfortável, que tem que ser tornado em um invisível.

Então ele não existiu o inquérito policial ou, se existiu, acabou penalizado, ou então o inquérito foi engavetado. Ele não existiu no Ministério Público, que eu não tenho notícia de nenhum promotor de justiça naquela época se envolver para liderar num processo investigativo, tirando apenas da mão do delegado de polícia, ele era invisível para o poder judiciário, que o poder judiciário, ele é tradicionalmente de uma inclinação mais conservadora, que é um promotor das conciliações. Como o poder judiciário tinha naquela ocasião um enorme viés de classe social e um viés familista ateu oligárquico, isso não era assunto do poder judiciário. Não era assunto da advocacia, não era, porque a advocacia era focada em outro tipo de interesse, nem era assunto de uma Assembleia

Legislativa, a não ser de uma maneira excepcional, como nós tentamos fazer até conseguir duas CPIs, que eu fico até me perguntando como que você consegue assinaturas para isso. São essas brechas das brigas, aí eu pegava o grupo mais oportunista, que brigava com o governo Tancredo Neves pelas piores razões e eles, para manifestar oposição a Tancredo, assinava os meus requerimentos. Quando a liderança do MDB descobriu, eu já estava com o requerimento protocolado.

THIAGO: Por isso que seria interessante se o senhor conseguisse recordar um pouco dessa CPI da violência do campo, porque parece que ela não termina.

JOÃO: Eu tenho que... Eu confesso, eu estou em falta com vocês...

CAROLINE: Em pleno 1986...

THIAGO: Parece que ela não termina.

CAROLINE: Metade do ano, véspera de mobilização de eleição...

JOÃO: Aí o que acontece, após 86, como eu perdi a eleição... Eu perdi a eleição e completamente, literalmente pobre.

CAROLINE: Provavelmente a CPI não se...

THIAGO: (Trecho incompreensível) perdeu a eleição, o senhor chegou a se candidatar depois dessa conversa?

JOÃO: Fui candidato a Federal e perdi. E eu terminei absolutamente pobre, sem carro, sem casa e...

CAROLINE: Como o senhor era requerente da CPI, provavelmente ela pode não ter um dado.

JOÃO: Então eu tive cuidar de salário para sobreviver. Salário. Aí... Voltei a dar aula de manhã, de tarde e de noite em pré-vestibular. Não tinha tempo para mais nada, nem para me informar. Eu estava literalmente falido e sem renda. Em 89 é que eu fui para a educação e resolvi ficar na educação pública básica. Nunca dei consultoria para empresa privada, somente para educação pública básica, desde janeiro de 1999 até hoje. Agora que eu voltei a ter um certo protagonismo, que você pode chamar de social e político, publicando o que eu penso, divulgando o que eu penso, amanhã eu estou fazendo uma conferência na Universidade Federal de Viçosa sobre a crise brasileira, para estudantes e professores. Agora eu estou voltando a ter uma atividade.

CAROLINE: Nós vamos resgatar um caso da CPI, mas para ilustrar e levantar uma questão para o senhor. De acordo com os documentos, (trecho incompreensível) na violência do campo, em 03 de março de 1986 seis trabalhadores rurais foram baleados em Unaí por agentes da PM sob instigação de um fazendeiro durante uma manifestação

pacífica contra o desmatamento da Fazenda São Pedro. Enfileirados e com a mão na cabeça, houve os disparos e posterior ato de prisão dos baleados. Considerando este exemplo, o senhor tem conhecimento de atuações arbitrárias de agentes públicos contra trabalhadores rurais nas lideranças ou alianças entre agentes privados com fazendeiros e agentes públicos, seja policiais ou propriamente poder judiciário, contra os trabalhadores rurais?

JOÃO: Olha, eu já dei um exemplo aqui de um ato ostensivo de grilagem, sem intervenção policial para defender o trabalhador prejudicado, sem intervenção do Ministério Público, sem intervenção do poder judiciário, sem intervenção da autoridade política local, o caso do Vicente Nica em Araçuaí. O caso do assassinato do Eloy é um outro exemplo. O Eloy estava na região que estava sendo devastada pela produção de carvão, no meio do Cerradão, ali no Norte de Minas, perto do São Francisco. A crônica dos acontecimentos é vasta, é generalizada, que mostra... A arbitrariedade é um estado de natureza permanente contra o trabalhador rural. Seja na grilagem cartorial, na grilagem com ajuda policial, na grilagem com capangismo, na omissão dos poderes das instituições do Estado, que não levam casos como esse de Unaí. Eu não sei o desdobramento, se sequer os assassinos foram identificados e foram levados a julgamento. Isso já foi em 86, 87 eu já não era deputado... Enfim, o fato que fica, que as próprias perguntas e os comentários que vocês estão apresentando as perguntas, me deixam com a consciência, pelo menos, um pouco em paz, porque pelo menos omisso eu não fui. Eu não fui. Agora eu era um, eu era um que tinha demanda do Estado inteiro, e um por qu? Mesmo esse grupo dos deputados mais progressistas, por assim dizer, que ocupavam o centro ideológico do espectro da distribuição política de posições na assembleia, em situações como essa^, eles não se envolviam. Nenhum deles. Não se envolvia. Aí o deputado do PT ficava sozinho. Porque, entre outras coisas, ali dentro da assembleia nós deveríamos ter, na ocasião, provavelmente de 30 a 40 proprietários latifundiários, provavelmente de 30 a 40.

CAROLINE: Havia um lobby na assembleia ou propriamente os deputados eram ligados ao latifúndio?

JOÃO: Não. Não havia um lobby, porque não precisava.

THIAGO: Eles eram pela família mesmo.

JOÃO: Não precisava. O Estado mantinha o status quo do campo intocado. Era a penetração capitalista de um lado e aquilo que pudesse ocorrer de acumulação primitiva de capital, as instituições do estado não eram mobilizadas. Ou se eram mobilizadas, no

caso da polícia, era contra. O trabalhador não tinha... Rural, nas instituições do Estado, nenhum apoio, nenhuma repercussão. O que quer dizer isso? Polícia, Ministério Público, poder judiciário e as tecnocracias. As tecnocracias pensavam o mundo ideal, como se eles fossem os gestores do capitalismo, esquecendo que a força real do capitalismo está nele próprio e na sua capacidade de alguma maneira se apropriar, pelo menos em parte, de poderes de uma maneira de Estado. Não completamente, mas pelo menos em parte. Agora, depois da Constituição de 1988, mesmo assim aos trancos e barrancos, é que as coisas vão gradualmente modificando até que há a institucionalização do PRONAF, que aí é uma outra história. E hoje só um cego não vê a relevância, inclusive econômica, que o PRONAF tem.

CAROLINE: Por fim, a última pergunta. O senhor tem conhecimento de situações específicas de violência no campo que envolve mortos, desaparecidos ou perseguição política à liderança de sindicatos, posseiros ou pequenos proprietários? Alguém, um fato ou circunstância?

JOÃO: Olha, especifica, além do que já mencionei, não. Mas certamente deve ser feito um trabalho, quase que uma arqueologia, da violência no campo para que isso seja plenamente conhecido como história social em Minas Gerais. Como é que se desenhou o formato da ocupação da terra no Estado de Minas Gerais. Eu tenho impressão que seria um trabalho de décadas, de gerações de pesquisadores para que isso seja plenamente demonstrado. Um exemplo disso, nos Estados Unidos diferentes universidades e diferentes grupos de pesquisadores, conseguiram elucidar, exaustivamente, com minúcia empírica, o processo de destruição das populações indígenas. É impressionante a literatura disponível a esse respeito. Eu acho que nós precisávamos contar a história social da violência contra o trabalhador rural em Minas, por décadas e décadas... Um pouco a história social de Minas se confunde com a história da violência contra o trabalhador rural, mantida na sombra e no silêncio. E as instituições do Estado completamente a distância não, porque a polícia ali ela atua, e atua contra. Isso é patente, isso é patente. Hoje nós estamos em uma situação civilizatória em relação ao que era. Hoje, civilizatória, e mesmo assim ao preço de muita luta, que senão... Enfim... Eu fico devendo a vocês uma releitura desse material mais atenta, mas eu tenho impressão que eu tenho pouco a acrescentar.

THIAGO: O senhor se lembra na época da criação do MST, na década de 80?

JOÃO: Eu lembro... Bom, eu tenho um grande amigo, que é o... Ele é marido de uma grande amiga minha, que eu conheci na Bahia. Eu trabalhava com o Jacques Vagner, o

Jacques Vagner é um amigo, eu gosto muito dele... E a principal pessoa do governo, a Eva, é de Santa Catarina, era casada... É casada com o ideólogo, o principal formulador que gerou a ideia do MST. Ele é de Santa Catarina, nós já jantamos juntos várias vezes, nós somos muito amigos. Depois eu desenvolvi um relacionamento muito bom com o João Pedro Stédile, mas isso já...

THIAGO: Como é o nome do ideólogo aí?

JOÃO: É Ivo. Ela chama-se Eva e ele Ivo... Louro, de olhos verdes, simpaticíssimo. Muito ligado à igreja católica. Ele foi o principal formulador. Muito na linha de pensamento do Plínio Arruda Sampaio. Eu acho até que ele mais influenciou o Plínio, muito naquela linha. Que a sociedade ideal seria uma sociedade de pequenos produtores solidários e tal. Uma coisa um pouco, anticapitalismo e muito ideologizado, e inviável no plano real do processo histórico, mas com ideias... São muito louváveis, né. O meu relacionamento real com o MST, quando o MST começa a exercer protagonismo mesmo foi meados da década de 90. Ele surge na década de 80, mas o protagonismo mesmo, que ele apreço no Sudeste, ele já tinha uma presença mais marcante com as cooperativas no Sul, mas no Sudeste ele aparece... Eu não sei se o primeiro evento foi esse quase conflito entre o MST e a Polícia Militar, no início de 1997, ali no trevo que dá acesso ao Distrito Industrial de Santa Luzia. E no nosso caso a coisa foi muito bem, porque, primeiro, eu sou uma pessoa de dialogar e negociar e gosto de ouvir todas as partes. Entender e ter uma posição clara, onde está o bem público, eu vou lá. Então nós fizemos um conselho, e nesse conselho o que é que eu fiz? Eu entreguei a presidência simbólica para o então bispo de Mariana, que tinha sido presidente da CNBB, o Dom Luciano Mendes de Almeida. Chamei a FETAEMG, alguns sindicatos dos trabalhadores rurais, chamei universidades, chamei a FAEMG, para não dizer que está de fora, chamei o MST... O MST não sentava-se a mesa, ficava na segunda fila, o Wendel, principalmente o Wendel, não sei vocês conheceram, parece que ele hoje ele está morando no Jequitinhonha. Ele era o principal líder do MST em Minas Gerais. Chamamos todo mundo. E ali nos discutíamos, discutíamos... Bem, quais são as reivindicações? “Ah, em tal região de Minas tem um assento, tem um grupo de trabalhadores que está fora da terra, morando em cabana e tal e tal...”, “O que é que está precisando lá?”, “Lá são necessárias três fazendas”. Com dois dias eu entregava, três não, entregava cinco fazendas desaproprias. Eu tinha uma relação direta com o Raul Lima, direta. Eu pego o avião e ia para Brasília e voltava de lá com cinco fazendas desapropriadas e sem conflito. O INCRA ia, o preço INCRA é esse aqui, chamava os fazendeiros que também estavam interessados em

desapropriação, terra estava em baixa na ocasião, o fato é que nos desapropriamos... Eu me lembro do grande conflito de Santa Vitória, e esse foi o mais barra pesada... Que eu convoquei a reunião para o ginásio, metade a direita do ginásio era o MST, a metade a esquerda era os proprietários rurais. Todos armados. Os carros estavam repletos de arma. Eles foram para guerra, o clima em Santa Vitoria estava de guerra. Tinham batido no padre e tal. Eu cheguei lá, eu montei a reunião, chamei um representante de cada um, botei a mesa e fiz um discurso muito simples. Falei o seguinte: “Olha, aqui no Brasil, e aqui em Santa Vitória, vocês estão transformando a questão agrária em uma guerra de classes e uma guerra ideológica, quem mais fez reformar agrária no mundo foi o Império Romano. O império romano era comunista?”, eu olhava para os fazendeiros. “Era socialista?”, eu olhava para os fazendeiros. “Fazia a reforma agrária por ideologia? Por que fazia? Ampliava o território, e os soldados ficavam velhos, aposentadoria deles era a terra. Depois do Império Romano, quem mais fez reforma agrária no mundo foi Napoleão. Como é que Napoleão indenizava os soldados, os camponeses empobrecidos, que perderam tudo para ir para a guerra? Com terra. Então a França inteira é assim por causa disso, da era napoleônica. Quem mais do que todos esses fez reforma agrária? O país mais capitalista do mundo, que tem um verdadeiro louvor pela propriedade privada, que todo pobre da Europa que ia para lá, Estados Unidos, tinha direito pela lei de terras, acesso à terra. E todos tornavam-se proprietários de terras e assim por diante. É por isso que lá nem a classe operária reivindica socialismo, porque há uma ideia de que o indivíduo tudo pode, devido à lei de terras e a facilidade com que a reforma agrária foi feita lá. Então por que vocês estão me dizendo que a reforma agrária aqui tem que ser diferente?” Aí eu perguntei, eu já sabia, eu perguntei: “Há fazendeiros aqui interessados em negociar preço INCRA para vender a fazenda?” Cinco levantaram a mão. “Depois da reunião os senhores podem ficar aqui a parte?”

Eu sabia que lá era necessário três fazendas para atender toda a demanda. Negocieei, peguei o telefone na frente deles e liguei para o Ministro, ele me atendeu, falei: “Tô nessa situação, assim”, dramatizei um pouco, “e tal e tal... Tô precisando de cinco fazendas”, ele falou: “Me manda por escrito”. Com uma semana estava tudo desapropriado. Eu trabalhava desse jeito. O meu negócio era desapropriar fazenda. Agora eu falava com o MST: “Vocês ficam rondando a fazenda do Fernando Henrique, que aquilo é um areão que não vale absolutamente nada, não sei como é que fez a bobagem de, com amigo dele, comprar aquilo ali... Aquilo ali não presta para nada, um areão, uma terra de areia e tal. Só para criar um conflito com o Presidente da república?”. O que é que eu fiz? Eu

desapropriei oito fazendas no entorno, o MST só precisava de dois. Eu falei: “As fazendas estão aqui. Vocês vão invadir a fazenda do Presidente de novo? Aí eu vou pra imprensa e vou falar o que vocês estão aprontando”. Aí eu descobri uma coisa que estava acontecendo lá, no entorno da fazenda do Fernando Henrique. Tinha um tal de Jorge, que era um cara oportunista, que foi recrutado na periferia do Distrito Federal para liderar o MST e ao lado dele tinha um baixinho ultraradical. Eu descobri. O baixinho era capitão da Polícia Militar de Minas Gerais e infiltrado para radicalizar. Quando eu fiquei sabendo, eu chamei o major, não falei com ele, eu falei: “Eu queria que o senhor prendesse esse cara aqui”, aí ele prendeu o capitão. Só que veio uma ordem de Belo Horizonte para soltar. Eu cheguei no Eduardo Azeredo e falei: “Olha o que está acontecendo aqui”. Aí ele chamou o Secretário de segurança pública. Eu tive um bate-boca com esse Secretário de segurança que era um moleque. Falei: “É uma vergonha o que você está fazendo. Eu só não vou denunciar em lealdade ao governador. Isso é uma molecagem o que vocês estão fazendo”. E falei com o comandante da Polícia Militar também. Tinha de tudo. Eu desapropriei oito fazendas ao redor da fazenda do Fernando Henrique. Está sobrando fazenda para vocês aqui, oh... Então tinha muito disso também, sabe? Para criar conflito com o governo Fernando Henrique, criar um conflito do nada.

CAROLINE: Mais alguma declaração que o senhor gostaria de dar?

JOÃO: Não.

CAROLINE: Sobre a questão agrária, nos anos 80?

JOÃO: Não, eu acho que é isso aí.

THIAGO: E a sua relação com o seu irmão, que é políticos também, que o senhor falou na... Os outros políticos também?

CAROLINE: Então, às 12h11min a gente encerra este depoimento com o João Batista dos Mares Guia na sede da Comissão da Verdade em Minas Gerais. Obrigada.

JOÃO: Okay. Obrigado a você. O que é que você perguntou por último?

THIAGO: Não, porque eu tenho parente político também né, os Mares Guia também...